



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

MODO DE DISPUTA ABERTO

EDITAL Nº 007/2026

**ITENS COM RESERVA DE COTA/EXCLUSIVOS PARA ME/EPP
E DE AMPLA PARTICIPAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IBIÁ-MG, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 663, CEP: 38950-000, Centro, nesta cidade, por meio do Departamento de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026** na forma de Registro de Preços, critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIÁ/MG.**

O pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) Fabrício Antonio de Araújo e equipe de apoio, nomeados através da Portaria Nº 01, de 01 de janeiro de 2025, Decreto Municipal Nº 6.129 de 18 de maio de 2023 (Estabelece diretrizes regras de atuação do pregoeiro e equipe de apoio), Decreto Municipal Nº 6.220 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta a Modalidade de Licitação Pregão), Decreto Municipal Nº 6.221 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Ibiá), Decreto Municipal Nº 6.224 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta as aplicações de sanções administrativas), Decreto Federal Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital e seus respectivos anexos.

• INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 13/02/2026 a partir das 17h00min (dezessete horas).

• LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 03/03/2026 às 09h00min (nove horas).

• ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 03/03/2026 às 09h00min (nove horas minutos).

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VI – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

Anexo VII – Modelo de Declaração que não Possui em seu Quadro Societário Servidor Público da Ativa;

Anexo VIII - Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

Anexo IX - Modelo da Ata de Registro de Preços;
Anexo X - Minuta do Contrato.

1 - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIÁ/MG.**

1.2- O valor estimado, o descritivo do objeto e demais informações, encontram-se no Termo de Referência - Anexo I.

2 - DAS SECRETARIAS REQUISITANTES/SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

• 3.1 - **DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTO E EQUIPARADAS:** Em conformidade com o Art. 48, inciso I e III, da LC nº 123/06, APENAS os Itens de 10, 112, 118, 139, 142, 168, 203 e 206 desta contratação serão destinados à **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, sendo que todos OS DEMAIS ITENS SERÃO EXCLUSIVOS para participação de Microempresas – ME e para Empresas de Pequeno Porte – EPP. Destaca-se, também, que houve itens de ITENS DE RESERVA DE COTA também reservados para participação exclusiva de Microempresas – ME e para Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

3.2. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que estiverem previa e devidamente credenciadas, perante o Sistema Eletrônico através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei 14.133/2021.

3.3.1. As disposições a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 não são aplicadas:

a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.3.2. A obtenção de benefícios a que se referidos acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

3.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

3.4. Não cabe as (aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou

reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.

3.5. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência – Anexo I.

3.5.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilidade, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II deste Edital.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer empresa estabelecida no Brasil, do ramo de atividade pertinente que esteja credenciada para fornecimento equivalente ao objeto do presente Edital, desde que não infrinjam o art. 14 da Lei nº 14.133/21 e estejam em condições de atender todas as exigências do presente Edital de Pregão Eletrônico e que estejam prévia e devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

3.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

3.8. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do(a) licitante, não sendo o Município de Ibiá/MG, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O(A) licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema, ou pela sua eventual desconexão.

3.9. Os(As) licitantes interessados(as) deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

3.10. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br.

3.11. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

3.12. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Ibiá/MG, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

3.13. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.14. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente em caso de apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou em caso de apresentação de declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato, nos termos do Art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021.

3.15. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

3.16. Não cabe as(aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens/Itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I.

3.17. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência - Anexo I.

3.18. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo II** deste Edital.

3.19. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

3.19.1. Empresas com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, salvo as amparadas por Certidão emitida pela instância judicial competente que indique expressamente sua aptidão econômica e financeira para participar do procedimento licitatório nos termos da lei de regência (Ac. 8.271/2011-2ª Câmara. TCU. DOU nº 191, terça-feira, 4 de outubro de 2011. Pag. 157).

3.19.2. Empresas que estejam reunidas em consórcio e não sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; Considerando que o objeto licitado não possui nenhuma complexidade ou são de grandes dimensões; Considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; Considerando as características do mercado, as empresas podem sozinhas participar da licitação e posteriormente fornecer o objeto licitado; Considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão do contrato; Considerando que ao contrário, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição. Ademais, os Acórdãos nº 1.305/2013 - TCU - Plenário, nº 1.636/2007 - TCU - Plenário e nº 566/2006 - TCU - Plenário, são no sentido de que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Enfim, não será admitida a participação de consórcios.

3.19.3. Empresa cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Ibiá, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio. Aplica-se também o previsto neste item a pessoa física participante do processo.

3.19.4. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.19.5. Empresas com o direito suspenso de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Ibiá;

3.20. A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades previstas neste edital.

3.21. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do(a) licitante.

3.22. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

3.23. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma

oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

3.24. Os(As) licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

3.25. A(O) **CONTRATADA(O)** deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.4.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo III deste Edital

4.5 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os(As) licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (www.licitanet.com.br), concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço unitário (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do **Anexo IV** deste Edital.

5.2. As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pelo(a) Pregoeiro(a).

5.3. Qualquer elemento que possa identificar o(a) licitante, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.4. O(A) licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

5.5. O(A) licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do Termo de Referência - **Anexo I** prevalecerão às últimas.

5.6. Na Proposta de Preços registrada/inserida no Sistema deverão estar incluídos além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os(as) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no Sistema.

5.8. Nesta etapa do certame, não haverá ordem de classificação das propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do(a) licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10. Os documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo(a) licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, dentro do prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema, para envio da proposta, adequada ao último lance ofertado após a realização da negociação, nos termos do item 7.18 deste Edital.

5.11. O(A) licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.12. O(A) licitante declarará em campo próprio do Sistema que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.13. A falsidade da declaração de que trata o item 5.12 acima, sujeitará o(a) licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.13.1. Para a cota reservada de 10% (dez por cento), somente poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa, as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o artigo 48, inciso III da LC nº 123/2006, que estabelece a reserva de cotas para as MICROEMPRESAS e EPP's.

5.13.2. Os documentos de habilitação e proposta de preços inseridos no sistema na forma digital, preferencialmente em formato PDF ou outro equivalente, deverão estar legíveis e válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

5.13.3. Só serão aceitos documentos legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio ou Por Comissão Permanente de Licitações quando se tratar de outra modalidade.

5.13.4. Para maior agilidade e análise dos documentos, os mesmos deverão ser anexados na plataforma de forma agrupada na ordem solicitada no edital.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS E SEU PREENCHIMENTO

6.1. É obrigatória a apresentação da proposta que deverá ser enviada mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário, total e global do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo

de Referência;

6.1.3. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no item 6.1 deste Edital e no artigo 59, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a(o) **CONTRATADA(O)**.

6.3. Locais de Entrega:

REQUISITANTE	ENDEREÇO	DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	E-MAL/TELEFONE
Farmácia Municipal de Ibiá	Rua 203, nº 25, Ibiá/MG – CEP: 38950-000	2 ^a a 6 ^a feira (excetos feriados/pontos facultativos) das 07:00 às 10:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.	NOME: Ticiana Angélica dos Santos CARGO: Chefe da Atenção Primária SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO TEL: (34) 3631-4940 E-MAIL: atencaoabasica@ibia.mg.gov.br	atencaoabasica@ibia.mg.gov.br (34) 3631-4940

6.3.1. A aquisição de material médico hospitalar para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência – TR (anexo deste Edital), garantindo o fornecimento contínuo e adequado às atividades institucionais de cada demandante.

6.3.2. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à da Secretaria Municipal de Saúde.

6.3.3. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

6.3.4. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real da secretaria.

6.3.5. Os materiais médico hospitalares entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

6.3.6. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

6.3.7. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

6.3.8. Nos valores propostos estarão incluídos além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.3.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3.11. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, 03 (três) casas decimais após a vírgula.

6.3.12. Os preços propostos serão considerados completos quanto ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

6.3.13. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item desta licitação.

6.3.14. A apresentação da proposta e a respectiva documentação significarão expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições deste edital.

6.4. DA PROPOSTA ESCRITA:

6.4.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, em papel timbrado da empresa, contendo razão social, endereço atualizado, CNPJ, telefone/e-mail, datada, sem rasuras, acréscimos e entrelinhas, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado (podendo ser usado o modelo previsto no **Anexo IV**. Sua(s) folha(s) deve(m) ser assinada(s) ou rubricada(s) **pelo representante legal da empresa ou proponente e deverá obrigatoriamente** conter:

6.4.2. Indicação do preço global da proposta, expresso em numeral e por extenso, que corresponderá ao somatório total da planilha.

6.10.3. Apresentação de planilha com a descrição dos produtos a serem adquiridos, preenchidos as colunas de unidade, quantidade, preço unitários e preço total do Item, conforme modelo constante do **Anexo IV**.

6.4.4. Indicação do prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de apresentação da mesma.

6.4.5. Declaração expressa da licitante constando que estão incluídas no preço global da proposta todas as despesas relativas ao objeto licitado, além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país.

6.6. Cabe à licitante fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os documentos apresentados, dos detalhes, das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pela Prefeitura para fornecimento do objeto licitado.

6.7. Com o recebimento da proposta, a Administração entenderá que todos os documentos, prazos, especificações foram detalhadamente analisados pela licitante e que todas as informações foram consideradas para o fornecimento.

6.8. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

6.9. A planilha quantitativa orçamentária elaborada pela administração deverá ser observada com critério pela licitante, devendo ser mantido os campos referentes ao número do item, quantidade, descrição dos produtos, valor unitário e valor total.

6.10. O preço proposto será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos sob alegações de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto, que por ventura venha majorar o valor total da proposta.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. No horário estabelecido neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no Sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do Edital.

7.1.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “6.1.2. Descrição Detalhada do Objeto” do Sistema, confrontando suas características com as exigências deste Edital e seus Anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do Sistema, e então desclassificará.

7.2.1. O(A) licitante/proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o(a) mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.3. Os(as) licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) Pregoeiro(a).

7.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br/, conforme Edital.

7.4.1. Os(as) licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4.2. O(a) licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser¹ conforme valores definidos no Termo de Referência.**

7.4.4. O intervalo entre os lances enviados pelo(a) mesmo(a) licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo Sistema os respectivos lances.

7.5. Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os(as) licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

¹ III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.5.5. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com 03 (três) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência **-Anexo I**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no Chat Mensagem para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso o(a) licitante permaneça inerte.

7.6. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6.1. Durante o transcurso da sessão pública, os(as) licitantes serão informados(as), em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos(as) demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.7. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o(a) licitante/proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do Sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo(a) proponente.

7.8. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o Sistema Eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.

7.9. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva deste Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos(as) licitantes para a recepção dos lances.

7.10. O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.11. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no Sítio Eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

7.12. Incumbirá ao(a) licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.13. A desistência em apresentar lance implicará exclusão do(a) licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele(a) apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

7.14. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.15. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate de acordo com o art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19. As regras previstas no art. 60 da Lei 14.133/2021 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.20. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, art. 61 da Lei 14.133/2021.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo Sistema Eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.22. Da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP;

7.22.1. Conforme instituído no Art. 48, incisos II da Lei 123/06, fica reservada uma cota, assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.22.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente (ANEXO IV), conforme situações previstas no artigo 48, inciso II da Lei nº 123/06, ressalvado o seguinte:

7.22.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

7.22.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ser pela cota de menor preço, (ou vice e versa).

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo Sistema, contraproposta ao(a) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao(a) licitante melhor classificado(a) que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25. O(A) pregoeiro(a) poderá definir percentual ou valor de redução mínima entre os lances.

8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e no item 7.24 deste Edital, e verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto no item **10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO** e **11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**, deste edital.

9 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, representado pelo **MENOR VALOR TOTAL OFERTADO**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.1.1 - Para análise dos documentos e das propostas comerciais, o Pregoeiro e Equipe de apoio poderão solicitar à Secretaria requisitante manifestação por meio de parecer conclusivo, ou por meio de manifestação verbal emitida por seus membros que estiverem presentes na sessão, hipótese em que a manifestação será consignada em ata.

9.2 - Considera-se preço global da proposta a soma dos valores relativos ao custo total apresentado na planilha.

9.3 - Adota o critério de julgamento de Menor Preço Por Item.

9.4 - O critério a ser utilizado será o de **MENOR PREÇO OFERTADO POR ITEM**.

9.5. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.5.1. Serão desclassificadas as propostas de acordo com o art. 59 da Lei 14.133/2021 que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexistentes ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.5.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.5.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.5.4. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

9.5.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.5.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características dos serviços prestados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for

o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.5.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta ao(a) licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.5.12. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o(a) licitante para que seja obtido preço melhor.

9.5.12.1. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos(as) demais licitantes.

9.5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do(a) licitante detentor(a) da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>), e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punitas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(ua) sócio(a) majoritário(a), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o(a) licitante inabilitado(a), por falta de condição de participação.

10.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o(a) licitante será convocado(a) para encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5.1. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) ou da entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do(a) licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivos, observando-se que:

10.7.1. se o(a) licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

10.7.2. se o(a) licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;

10.7.3. se o(a) licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

10.8. Serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

10.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o(a) licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.10. Os documentos acima referidos deverão estar com prazo de validade em vigor, na data da licitação. Os documentos (CERTIDÕES) que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, serão adotados a vigência de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não possuem prazo de validade.

10.11. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admite-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

10.12. O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos(as) licitantes.

10.13. Os documentos necessários à participação neste Pregão poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).

10.13.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao(a) Pregoeiro(a), no Setor de Licitação, situado na Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 –Ibiá/MG.

10.14. Os(As) licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

11.1. A licitante melhor classificada após a fase de julgamento das propostas deverá encaminhar dentro do prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública:

11.1.1 – PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrados na Junta

Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

OBSERVAÇÃO: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.1.2 – PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).

h) Certidão negativa de falência e concordata feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.1.3 – PARA COMPROVAR A CAPACIDADE/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

a) Alvará Sanitário ou Declaração de Vigilância Sanitária atestando as boas condições de higiene da empresa licitante (compatível com objeto licitado).

b) Autorização de Funcionamento Especial (AFE).

11.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o(a) licitante qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado(a) vencedor(a), uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.

11.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o(a) mesmo(a) será convocado(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do(a) vencedor(a), comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo(a) licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 9.1.2. acarretará a inabilitação do(a) licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos(as) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. Será inabilitado o(a) licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10. O(A) licitante provisoriamente vencedor(a) em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado(a) a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do(a) licitante nos remanescentes.

11.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o(a) licitante será declarado(a) vencedor(a).

11.13. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o(a) licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.14. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos(as) licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de documentos de habilitação apresentados, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de habilitação de proposta e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação à todos os licitantes.

11.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- b) na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo de 02(duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já houver sido encerrada não caberá à exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12 - DAS DECLARAÇÕES

12.1. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensa do direito de licitar ou contratar com o Município de Ibiá, podendo ser utilizado o modelo do Anexo V deste Edital, na forma do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo art. 68, da Lei nº 14.133/2021, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VI deste Edital;

12.3. Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII deste Edital.

12.4. Declaração atestando que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VIII deste Edital, na forma do art.63,IV da Lei nº 14.133/2021.

13 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do(a) licitante declarado(a) vencedor(a) deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema Eletrônico e deverá:

13.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo(a) licitante ou seu representante legal.

13.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do(a) licitante vencedor(a), para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos, e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção a(o) **CONTRATADA(O)**, se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a(o) **CONTRATADA(O)**.

13.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro(a) licitante.

14 - DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo ou com defeitos formais não serão conhecidos de ofício pelo Pregoeiro, dispensando-se decisão da Autoridade Superior.

14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br].

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o(a) licitante declarado(a) vencedor(a) não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos(as) os(a) licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do Sistema Eletrônico ("chat").

16 - DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O Modelo de Gestão e Fiscalização da contratação está descrita no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. As condições de pagamento da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

18 - DO PREÇO

18.1. As condições do preço da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

19 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

19.1. As condições relativas ao reequilíbrio econômico financeiro da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. As obrigações das partes na contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

22 - DA VIGÊNCIA DA ARP

21.1. A ARP terá sua vigência de por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade

permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, a ARP poderá ser renovado por outro período de até 12 (doze) meses, oportunidade na qual poderá ser renovado o quantitativo registrado na ARP regional, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

21.3. O ato de prorrogação da vigência da ARP deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

22–DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitante vencedor na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

22.1.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

22.1.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedores, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

22.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

22.1.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

22.1.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01(um) ano e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado o interesse público e a vantajosidade, renovando-se o saldo inicial.

22.2.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços na prevista no art. 84da lei 14.133/21, os quantitativos fixados na licitação ou no instrumento de contratação direta serão renovados para um novo período de vigência.

22.2.2. O contrato decorrente do sistema de registro de preços deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preço.

22.2.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2.4. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser alterado em conformidade com as disposições nela contidas, observado ainda o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº

14.133/2021, devendo também sempre observar as demais normas gerais que regem os contratos administrativos, em especial aquelas que constam da referida lei federal.

22.2.5. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

23 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

23.1. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

23.1.1. Autorizado o registro de Preços para a contratação direta ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, até 5(cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinara ARP,sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23.1.2. É facultado a administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro e preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes que aceitarem registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 6.221, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, a administração poderá:

a) convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

24.3.1.A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a Ata de Registro de preços dentro do prazo estabelecido no Edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurada a ampla defesa e contraditório.

23.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de contrato.

23.4.1. O instrumento de contrato previsto no item 24.4 acima, poderá ser substituído, a critério da Administração, por outros instrumentos como nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, somente nas hipóteses descritas nos incisos I e II do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

24 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1 - O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2024, no Decreto Municipal nº 6.221/2023 e demais normas complementares.

25 - DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

25.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **NÃO SERÁ PERMITIDA** a Adesão de órgãos ou entidades, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2021, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

26 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

26.1. As infrações administrativas e sanções estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

27 - DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

27.1. As condições para alteração dos preços registrados estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

28 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

28.1. As condições de cancelamento da ata de registro de preços e dos preços registrados estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

29 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado está previsto na Lei Orçamentária para o exercício de 2026/2027.

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades UBS
Ficha 467
02.14.01.10.301.0115.2295-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades UBS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Saúde Bucal
Ficha 471
02.14.01.10.301.0115.2314-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Saúde Bucal
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Média e Alta Complexidade
Ficha 418
02.14.03.10.302.0115.2299-3.3.90.30.00
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades CAPS
Ficha 535
02.14.01.10.302.0115.2447-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades CAPS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Ficha 564
02.14.04.10.305.0115.2320-3.3.90.30.00
Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Ficha 584
02.14.05.10.303.0115.2323-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

30-DOS ESCLARECIMENTOS/ IMPUGNAÇÃO /RECURSO

30.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar os termos deste Edital, mediante petição.

30.2. A impugnação deverá ser realizada, por forma eletrônica, obrigatoriamente através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>.

30.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus Anexos, decidir sobre a impugnação e divulgar em

sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

30.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos deste Pregão Eletrônico.

30.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

30.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão Eletrônico deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), serem divulgados em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, mediante petição, por forma eletrônica, obrigatoriamente, através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>.

30.6. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus Anexos.

30.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente de acordo com o art. 168 da nº 14.133/2021

30.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo Sistema para os interessados, e vincularão os participantes e a Administração.

30.9. As Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

31 - DAS CONDIÇÕES PARA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO

31.1. Inexistindo manifestação recursal o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

31.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. A participação na presente licitação implica na concordância tácita, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste edital.

32.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.3. É facultada o Pregoeiro ou autoridade superior da Prefeitura, em qualquer fase da licitação, suspender o processo para análise técnica, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

32.4. Poderá a ainda, quando entender necessário, suspender a sessão para análise detalhada da documentação de habilitação e propostas de preços.

32.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.6. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do

certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital, inclusive a sessão pública, serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

32.7. As Normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

32.8. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 71 da Lei nº 14.133/2021).

32.9. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providencias ou impugnar o ato convocatório do pregão, devendo fazê-lo até 3(três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

32.10. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

32.11. Serão de exclusiva responsabilidade da adjudicatária todas as despesas necessárias à contratação, inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

32.12. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

32.13. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do(a) licitante.

32.14. O(A) licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do(a) licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

32.15. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

32.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.licitanet.com.br, www.ibia.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, CEP: 38.950-000, IBIÁ/MG, SEM ÔNUS, e maiores informações na sede da Prefeitura, no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.17. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

32.18. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no AMM - Associação Mineira de Municípios no Diário Oficial e divulgadas nos sites: <https://www.licitanet.com.br> <https://www.ibia.mg.gov.br/>, e também poderão ser lidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, CEP: 38.950-000, IBIÁ/MG, e maiores informações na sede da Prefeitura, no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.19. O Município de Ibiá-MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

32.20. As informações previstas neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que omita em um documento e mencione em outro serão considerados válidos.



32.20.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

32.21. As questões não previstas neste edital serão resolvidas pelo Pregoeiro com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis.

32.22. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.

32.23. O Fornecedor não poderá:

33.23.1. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;

33.23.2. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.

32.24. Demais informações pelo telefone (034-3631-5754) Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 - Ibiá MG, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

32.25. Fica eleito o foro da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Ibiá-MG, 11 de fevereiro de 2026

Aline Maria de Freitas Caixeta
Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026 EDITAL SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

1 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIÁ/MG.

2 – SECRETARIA REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

3 – JUSTIFICATIVA/FINALIDADE/NECESSIDADE/FUNDAMENTAÇÃO:

JUSTIFICATIVA PARA DAS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG.

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico-hospitalares destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, com a finalidade de assegurar a continuidade, a regularidade e a qualidade dos serviços de atenção básica prestados à população.

A aquisição mostra-se imprescindível para o adequado funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, uma vez que tais materiais constituem insumos essenciais à realização de atendimentos clínicos, procedimentos ambulatoriais, ações de enfermagem, imunização, curativos, coleta de materiais biológicos e demais atividades inerentes à atenção primária à saúde.

A necessidade da contratação decorre do consumo contínuo e recorrente desses materiais, bem como da obrigatoriedade legal de manutenção de estoques mínimos para atendimento seguro e eficaz aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, prevenindo a interrupção de serviços essenciais e resguardando a integridade física dos pacientes e dos profissionais de saúde.

Sob o aspecto jurídico, a contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que dispõe o art. 18, que trata da fase preparatória e da motivação da contratação, bem como nos princípios que regem a Administração Pública, tais como legalidade, eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público.

A aquisição também está alinhada ao disposto no art. 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, bem como às diretrizes do Sistema Único de Saúde, que impõem ao Poder Público o dever de garantir acesso universal e integral às ações e serviços de saúde.

A definição das especificações técnicas dos materiais médico-hospitalares observará critérios objetivos, compatíveis com as normas técnicas aplicáveis, em especial aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, sem imposição de exigências excessivas ou restritivas à competitividade, assegurando a isonomia entre os licitantes.

A contratação visa, ainda, assegurar a economicidade e a eficiência administrativa, por meio da aquisição planejada, em quantidades compatíveis com o consumo médio das unidades, evitando compras emergenciais, desperdícios ou desabastecimento, e garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos geridos pelo Fundo Municipal de Saúde.

Dessa forma, diante da necessidade pública devidamente caracterizada, da fundamentação constitucional e legal aplicável e da observância aos princípios da Administração Pública, resta plenamente justificada a abertura do processo de contratação para aquisição de materiais médico-hospitalares destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, em atendimento ao interesse público e à garantia do direito fundamental à saúde.

4 – EXPECTATIVA DE QUANTIDADES, ESTIMATIVA DE PREÇOS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA-MAPA DE RISCOS:

Conforme exigência legal, a Prefeitura Municipal de Ibiá realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto às empresas do ramo do objeto licitado, tendo apurado os preços unitários e a média estimativa global nos valores abaixo descritos:

	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA DE MADEIRA (PACOTE C/ 100 UNIDADES) NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ATÓXICO DIMENSÕES APROXIMADAS: 14 CM (COMPRIMENTO), 1,4 CM (LARGURA) E 0,2 CM (ESPESSURA).	PACOTE C/100 UNIDADES	423	R\$ 5,11	R\$ 2.161,53
2	ÁCIDO ACÉTICO CONCENTRAÇÃO: 3% , FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO TÓPICA , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: FORMULAÇÃO ESPECIALMENTE MANIPULADA - FRASCO COM 1 LITRO	FRASCO 1 L	24	R\$ 39,95	R\$ 958,80
3	ÁGUA DESTILADA COM 10 ML AMPOLA. REGISTRO NA ANVISA	AMPOLA 10 ML	3168	R\$ 0,17	R\$ 538,56
4	AGULHA 13X4,5 (CAIXA COM 100 UNIDADES) HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, SILICONIZADA, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL, RETA, OCA, COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, AFIADO, LIVRE DE REBARBAS E DEFEITOS, POLIDA, ISENTE DE ASPEREZAS E ONDULAÇÕES.	CAIXA COM 100 UNIDADES	264	R\$ 6,26	R\$ 1.652,64
5	AGULHA 20 X 5,59(CAIXA COM 100 UNIDADES) HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, SILICONIZADA, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL, RETA, OCA, COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, AFIADO, LIVRE DE REBARBAS E DEFEITOS, POLIDA, ISENTE DE ASPEREZAS E ONDULAÇÕES	CAIXA COM 100 UNIDADES	264	R\$ 6,70	R\$ 1.768,80
6	AGULHA 25 X 7(CAIXA COM 100 UNIDADES) HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, SILICONIZADA, HASTE	CAIXA COM 100 UNIDADES	264	R\$ 8,13	R\$ 2.146,32

	DE AÇO INOXIDÁVEL, RETA, OCA, COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, AFIADO, LIVRE DE REBARBAS E DEFEITOS, POLIDA, ISENTE DE ASPEREZAS E ONDULAÇÕES.				
7	AGULHA 25 X 8 (CAIXA COM 100 UNIDADES) HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, SILICONIZADA, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL, RETA, OCA, COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, AFIADO, LIVRE DE REBARBAS E DEFEITOS, POLIDA, ISENTE DE ASPEREZAS E ONDULAÇÕES.	CAIXA COM 100 UNIDADES	294	R\$ 7,47	R\$ 2.196,18
8	AGULHA 40 X 12 (CAIXA COM 100 UNIDADES) HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, SILICONIZADA, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL, RETA, OCA, COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, AFIADO, LIVRE DE REBARBAS E DEFEITOS, POLIDA, ISENTE DE ASPEREZAS E ONDULAÇÕES	CAIXA COM 100 UNIDADES	294	R\$ 9,82	R\$ 2.887,08
9	ALCOOL, ETÍLICO EM GEL, NÃO INFERIOR A 70%,(FRASCO PLÁSTICO DE 500G), FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, PARA ASSEPSIA DAS MÃOS. REGISTRO ANVISA	FRASCO 1 L	1950	R\$ 3,95	R\$ 7.702,50
10	ALCOOL, ETÍLICO HIDRATADO 70 % (FRASCO PLÁSTICO DE 1000 ML) INCOLOR, DESTINADO A DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS. REGISTRO ANVISA	FRASCO 500 ML	9960	R\$ 9,15	R\$ 91.134,00
11	ALGODÃO HIDRÓFILO, (ROLO DE 500 GR) 100% ALGODÃO, ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, INODORO E INSÍPIDO, ROLOS COM MANTA FINA COM ESPESSURA UNIFORME, CAMADAS SOBREPOSTAS REGULARMENTE, COMPACTO, ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO.	PACOTE 500 GRAMAS	1212	R\$ 13,25	R\$ 16.059,00
12	ALGODÃO HIDRÓFILO, (PACOTE COM 500 G.) 100% PURO	UNIDADE	1056	R\$ 14,48	R\$ 15.290,88

	ALGODÃO MACIO E EXTRA ABSORVENTE, BRANCO, NÃO ESTÉRIL, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EM BOLAS, EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE.				
13	ALMOTOLIA ÂMBAR (CAPACIDADE DE 250ML) CONFECCIONADA EM POLIETILENO, PLÁSTICO ATÓXICO, OPACO, FOTOSSENSÍVEL, RESISTENTE A DESINFECÇÕES, QUEDAS, COMPOSTO POR CORPO ROSQUEADO, A TAMPA E BICO LONGO PROTETOR.	UNIDADE	628	R\$ 4,87	R\$ 3.058,36
14	ALMOTOLIA TRANSPARENTE (CAPACIDADE DE 250 ML) CONFECCIONADA EM POLIETILENO, PLÁSTICO ATÓXICO, OPACO, FOTOSSENSÍVEL, RESISTENTE A DESINFECÇÕES, QUEDAS, COMPOSTO POR CORPO ROSQUEADO, A TAMPA E BICO LONGO PROTETOR.	UNIDADE	628	R\$ 4,14	R\$ 2.599,92
15	ALMOTOLIA TRANSPARENTE (100 ML) CONFECCIONADA EM POLIETILENO, PLÁSTICO ATÓXICO, OPACO, FOTOSSENSÍVEL, RESISTENTE A DESINFECÇÕES, QUEDAS, COMPOSTO POR CORPO ROSQUEADO, A TAMPA E BICO LONGO PROTETOR.	UNIDADE	516	R\$ 3,52	R\$ 1.816,32
16	ALMOTOLIA ÂMBAR (CAPACIDADE DE 100 ML) CONFECCIONADA EM POLIETILENO, PLÁSTICO ATÓXICO, OPACO, FOTOSSENSÍVEL, RESISTENTE A DESINFECÇÕES, QUEDAS, COMPOSTO POR CORPO ROSQUEADO, A TAMPA E BICO LONGO PROTETOR.	UNIDADE	496	R\$ 2,94	R\$ 1.458,24
17	APARELHO DE PRESSÃO	UNIDADE	90	R\$ 151,52	R\$

	ARTERIAL DE BRAÇO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TOTALMENTE AUTOMÁTICO, VISOR DITITAL EM LCD, BRAÇADEIRA: UNIVERSAL (22 - 42 CM), MEMÓRIA: ATÉ 30 LEITURAS, INTERVALO DE MEDAÇÃO: PRESSÃO: DE 0 A 299 MMHG / PULSO: DE 40 A 180 BATIMENTOS/MIN,				13.636,80
18	ATADURA ORTOPÉDICA, TECIDO ALGODÃO 10 CM LARGURA, 100 CM DE COMPRIMENTO, HIDRÓFOBO, COM CAMADA DE GOMA EM UMA DAS FACES EM ROLO. EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES	EMBALAGEM 12 UNIDADES	528	R\$ 14,03	R\$ 7.407,84
19	ATADURA ORTOPÉDICA, TECIDO ALGODÃO 15 CM LARGURA, 100 CM DE COMPRIMENTO, HIDRÓFOBO, COM CAMADA DE GOMA EM UMA DAS FACES EM ROLO. EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES	EMBALAGEM 12 UNIDADES	528	R\$ 13,51	R\$ 7.133,28
20	ATADURA ORTOPÉDICA, TECIDO ALGODÃO 20 CM LARGURA, 100 CM DE COMPRIMENTO, HIDRÓFOBO, COM CAMADA DE GOMA EM UMA DAS FACES EM ROLO. EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES	EMBALAGEM 12 UNIDADES	528	R\$ 7,93	R\$ 4.187,04
21	ATADURA, CREPOM 10 CM LARGURA, 100% ALGODÃO, 180 CM DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS/CM ² . EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES	EMBALAGEM 12 UNIDADES	4244	R\$ 7,77	R\$ 32.975,88
22	"ATADURA, CREPOM 12 CM LARGURA, 100% ALGODÃO, 180 CM DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS/CM ² . EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES"	EMBALAGEM 12 UNIDADES	4244	R\$ 8,21	R\$ 34.843,24
23	"ATADURA, CREPOM 15 CM LARGURA, 100% ALGODÃO, 180 CM DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS/CM ² .	EMBALAGEM 12 UNIDADES	4244	R\$ 10,67	R\$ 45.283,48

	EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES"				
24	"ATADURA, CREPOM 20 CM LARGURA, 100% ALGODÃO, 4,5 M, 13 FIOS/CM ² . EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES"	EMBALAGEM 12 UNIDADES	4224	R\$ 11,69	R\$ 49.378,56
25	"ATADURA, CREPOM 30 CM LARGURA, 100% ALGODÃO, 180 CM DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS/CM ² . EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES"	EMBALAGEM 12 UNIDADES	4224	R\$ 13,83	R\$ 58.417,92
26	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 40 G/M ² , MANGA CURTA, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO EM TNT 100% POLIPROPILENO. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES	PACOTE 10 UNIDADES	400	R\$ 14,65	R\$ 5.860,00
27	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 40 G/M ² , MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO EM TNT 100% POLIPROPILENO. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES	PACOTE 10 UNIDADES	2612	R\$ 27,06	R\$ 70.680,72
28	BANDEJA INOX ESTERILIZAVEL MEDINDO 22 X 12 X 1,5 CM	UNIDADE	109	R\$ 23,01	R\$ 2.508,09
29	BANDEJA INOX ESTERILIZAVEL MEDINDO 30 X 20 X 0,4 CM	UNIDADE	109	R\$ 98,15	R\$ 10.698,35
30	BATERIA DE LÍTIO CR2032 3V, QUANTIDADE: EMBALAGEM COM 05 UNIDADES	CARTELA COM 5 UNIDADES	230	R\$ 19,35	R\$ 4.450,50
31	BATERIA PARA TERMÔMETRO DIGITAL, 1.5V (TIPO BOTÃO, AG3, LR736, LR41, SR41, 192). EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.	CARTELA COM 10 UNIDADES	60	R\$ 9,89	R\$ 593,40
32	BISSULFITO DE SÓDIO, GRAU DE PUREZA TEOR DE 3%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL EM SOLUÇÃO AQUOSA. FORMULAÇÃO ESPECIALMENTE MANIPULADA. FRASCO DE 250 ML	FRASCO 1 L	96	R\$ 42,00	R\$ 4.032,00
33	"BOLSA COLETORA DE URINA, SISTEMA FECHADO, FABRICADO EM PVC TRANSLÚCIDO, COM CAPACIDADE PARA 2.000 ML EM	UNIDADE	200	R\$ 4,47	R\$ 894,00

	ESCALA GRADUADA, TUBO EXTENSOR COM 110 CM COMPRIMENTO, CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E PINÇA CORTA FLUXO, TUBO DE DRENAGEM COM VÁVULA .				
34	CABO DE BISTURI Nº 03, CONFECIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA UTILIZAÇÃO EM LÂMINAS Nº 10 A 17. EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE.	UNIDADE	106	R\$ 12,01	R\$ 1.273,06
35	CABO DE BISTURI Nº 04, CONFECIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA UTILIZAÇÃO EM LÂMINAS Nº 10 A 17. EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE.	UNIDADE	106	R\$ 20,23	R\$ 2.144,38
36	CAMPO CIRÚRGICO ESTERIL FENESTRADO 50CM X 50, TECIDO NÃO TECIDO, PRODUTO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	UNIDADE	632	R\$ 2,86	R\$ 1.807,52
37	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 4 - MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 0,60	R\$ 648,00
38	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 6- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,07	R\$ 1.155,60
39	CATETER ASPIRAÇÃO	UNIDADE	1080	R\$ 1,10	R\$ 1.188,00

	TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 8- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA				
40	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 10- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,04	R\$ 1.123,20
41	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 12- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,22	R\$ 1.317,60
42	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 14- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,31	R\$ 1.414,80
43	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 16- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO	UNIDADE	1080	R\$ 1,41	R\$ 1.522,80

	DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA				
44	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 18- MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,47	R\$ 1.587,60
45	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 20 - MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,52	R\$ 1.641,60
46	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ESPESSURA Nº 22 - MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	1080	R\$ 1,59	R\$ 1.717,20
47	CATETER INTRAVENOSO 20 G, CONFECCIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, CÂMARA DE REFLUXO, CANHÃO ANATÔMICO COM INDICADOR DA FASE DO	CAIXA COM 100 UNIDADES	110	R\$ 80,34	R\$ 8.837,40

	BISEL, TRANSPARENTE E COLORIDO (NBR/ISSO 9259), AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, CONECTOR LUER.				
48	"CATETER INTRAVENOSO 22 G, CONFECIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, CÂMARA DE REFLUXO, CANHÃO ANATÔMICO COM INDICADOR DA FASE DO BISEL, TRANSPARENTE E COLORIDO (NBR/ISSO 9259), AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, CONECTOR LUER.	CAIXA COM 100 UNIDADES	212	R\$ 87,40	R\$ 18.528,80
49	CATETER INTRAVENOSO 24 G, CONFECIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, CÂMARA DE REFLUXO, CANHÃO ANATÔMICO COM INDICADOR DA FASE DO BISEL, TRANSPARENTE E COLORIDO (NBR/ISSO 9259), AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, CONECTOR LUER.,	CAIXA COM 100 UNIDADES	215	R\$ 125,06	R\$ 26.887,90
50	CATÉTER NASAL TIPO OCULOS ADULTO PARA OXIGENOTERAPIA - EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERIL. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	4800	R\$ 2,17	R\$ 10.416,00
51	CATÉTER NASAL INFANTIL PARA OXIGENATERAPIA, DESCARTÁVEL, TIPO ÓCULOS, INFANTIL. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	2200	R\$ 2,27	R\$ 4.994,00
52	CLOREXIDINA 0,2% - SOLUÇÃO AQUOSA - FRASCO 100ML . REGISTRO ANVISA	FRASCO 100 ML	528	R\$ 18,74	R\$ 9.894,72
53	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 0,5%,(FRASCO DE 1 LITRO) SOLUÇÃO DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0.5% COM TENSOATIVOS, INDICADA COMO ANTISSÉPTICO TÓPICO, ANTISSEPSIA DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO. REGISTRO ANVISA	FRASCO 100 ML	568	R\$ 13,62	R\$ 7.736,16
54	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% (FRASCO 1 L	660	R\$ 17,25	R\$

	FRASCO DE 1 LITRO) SOLUÇÃO DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% COM TENSOATIVOS, ANTISSÉPTICA SOLUÇÃO AQUOSA, INDICADA PARA DEGERMAÇÃO DE PELE COM AÇÃO ANTIFÚNGICA E BACTERICIDA.				11.385,00
55	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% (FRASCO COM 20ML) LIQUIDO COM VASO CONSTRITOR, SOLUÇÃO INJETÁVEL, REGISTRO NA ANVISA	FRASCO 20 ML	100	R\$ 9,79	R\$ 979,00
56	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% LIQUIDO SEM VASO CONSTRITOR, SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM 20 ML. UNIDADE: AMPOLA. REGISTRO NA ANVISA	FRASCO 20 ML	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
57	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, DOSAGEM 2%, APRESENTAÇÃO GELÉIA. BISNAGA 30 G. REGISTRO NA ANVISA	BISNAGA 30 GRAMAS	423	R\$ 4,92	R\$ 2.081,16
58	COLETOR DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE 7 LITROS - MATERIAL: PAPELÃO. CAPACIDADE TOTAL: 7L. ACESSÓRIOS: ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA. COMPONENTES ADICIONAIS: REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE. USO DESCARTÁVEL	UNIDADE	1081	R\$ 4,95	R\$ 5.350,95
59	COLETOR DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE 13 LITROS - MATERIAL: PAPELÃO. CAPACIDADE TOTAL: 13 L. ACESSÓRIOS: ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA. COMPONENTES ADICIONAIS: REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE. TIPO DE USO: DESCARTÁVEL	UNIDADE	1081	R\$ 6,76	R\$ 7.307,56
60	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 04, C/ EXTENSOR 120 CM, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA	UNIDADE	8640	R\$ 1,13	R\$ 9.763,20

61	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 06, C/ EXTENSOR 120 CM, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA	UNIDADE	8640	R\$ 3,88	R\$ 33.523,20
62	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 08, C/ EXTENSOR 120 CM, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA	UNIDADE	8640	R\$ 3,57	R\$ 30.844,80
63	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO NÃO ESTÉRIL, CAPACIDADE 2L. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	EMBALAGEM 100 UNIDADES	300	R\$ 38,21	R\$ 11.463,00
64	COMPRESSA CIRÚRGICA DE ALGODÃO, TIPO CAMPO OPERATÓRIO, TAMANHO 45 X 50 CM. COM 4 CAMADAS, 15 FIOS/CM ² , BORDAS ACABADAS COM PONTO OVERLOQUE, RETANGULAR, COM ALÇA, CANTOS ARREDONDADOS. COR BRANCA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	EMBALAGEM 50 UNIDADES	520	R\$ 119,19	R\$ 61.978,80
65	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA (7,5 X 7,5), CONFECCIONADA COM 13 FIOS, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALAGEM COM 500 UNIDADES.	EMBALAGEM 500 UNIDADES	2760	R\$ 24,30	R\$ 67.068,00
66	COMPRESSA DE GAZE, TIPO QUEIJO 3 DOBRAS, TECIDO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 13 FIOS/CM ² , LARGURA DE 91 CM X 91 M DE COMPRIMENTO, EM ROLO, 3 DOBRAS, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL. EMBALAGEM CONTENDO 01 ROLO.	UNIDADE	231	R\$ 25,63	R\$ 5.920,53
67	DETERGENTE ENZIMÁTICO, A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE. EMBALAGEM CONTENDO 01	FRASCO 1 L	235	R\$ 30,17	R\$ 7.089,95

	LITRO. REGISTRO ANVISA.				
68	DISPENSER PARA COPO DESCARTÁVEL DE 200 ML - DISPENSADOR AUTOMÁTICO COM SISTEMA DE ?POUPA COPOS? ATRAVÉS DO DISPOSITIVO DE ACIONAMENTO PARA CAIR APENAS UM COPO POR VEZ.RECIPIENTE TUBULAR, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE100 COPOS, TRANSPARENTE, CONTENDO TAMPA NA P	UNIDADE	132	R\$ 54,82	R\$ 7.236,24
69	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA, DE CORPO PLASTICO ABS (FRENTE/BASE), NA COR BRANCA,MEDINDO APROXIMADAMENTE (36,5 X 27,5 X 12,0)CM, NO FORMATO RETANGULAR, COM ABERTURA POR CHAVE, COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXACAO.	UNIDADE	485	R\$ 28,13	R\$ 13.643,05
70	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, DE CORPO PLASTICO ABS (FRENTE/BASE), NA COR BRANCA, CAPACIDADE MINIMA DE 800ML , NO FORMATO RETANGULAR, COM ABERTURA POR CHAVE, COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXACAO.	UNIDADE	485	R\$ 37,41	R\$ 18.143,85
71	"ELETRODO PARA ECG (ADULTO) DESCARTÁVEL, HIPOALERGÊNICO, COMPOSTO DE ESPUMA ADESIVA COMPACTA RESISTENTE A FLUÍDOS, FORMATO EM GOTA COM ABA REMOVEDORA, SENSOR EM AG/AGCL E GEL SÓLIDO (ADESIVO E CONDUTOR). EMBALAGEM COM 50 UNIDADES"	EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	400	R\$ 11,03	R\$ 4.412,00
72	"ELETRODO PARA ECG (INFANTIL) DESCARTÁVEL, HIPOALERGÊNICO, COMPOSTO DE ESPUMA ADESIVA COMPACTA RESISTENTE A FLUÍDOS, FORMATO EM GOTA COM ABA REMOVEDORA, SENSOR EM AG/AGCL E GEL SÓLIDO	EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	100	R\$ 11,88	R\$ 1.188,00

	(ADESIVO E CONDUTOR). EMBALAGEM 50 UNIDADES"				
73	EQUIPO MACROGOTAS COMPLETO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TUBO EM PVC ATÓXICO E APIROGÊNICO COM 1,5 M DE COMPRIMENTO E PONTA PERFORANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMERA GOTEJADORA FLEXÍVEL, PINÇA ROLETE, CONECTOR LUER LOCK, ENTRADA DE AR, FILTRO DE PARTÍCULA E INJETOR	UNIDADE	4430	R\$ 0,79	R\$ 3.499,70
74	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL (POR GRAVIDADE), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, COMPOSTO POR PONTA DISTAL PERFORANTE COM PROTETOR, CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, TUBO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE NA COR AZUL CONFECCIONADO EM PVC COM 1,50 M DE	UNIDADE	5000	R\$ 1,32	R\$ 6.600,00
75	"ESCOVA ENDOCERVICAL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, CABO C/ 17 A 18 CM E CERDAS C/ APROXIMADAMENTE 2 CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE."	UNIDADE	7700	R\$ 0,47	R\$ 3.619,00
76	ESCOVA PARA ASSEPSIA DE UNHAS, MÃOS E BRAÇOS. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	500	R\$ 2,86	R\$ 1.430,00
77	"ESFIGMOMANÔMETRO (APARELHO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL ADULTO OBESO), PARA UTILIZAR NO BRAÇO, ANALÓGICO, BRAÇADEIRA EM NYLON ANTI-ALÉRGICA IMPERMEÁVEL COR PRETO, FECHO EM VELCRO, PÊRA INSULFLADORA .	UNIDADE	70	R\$ 174,09	R\$ 12.186,30
78	ESFIGMOMANÔMETRO	UNIDADE	538	R\$ 102,30	R\$

	(APARELHO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL ADULTO), PARA UTILIZAR NO BRAÇO, ANALÓGICO, BRAÇADEIRA EM NYLON ANTI-ALÉRGICA IMPERMEÁVEL COR PRETO, FECHO EM VELCRO, PÊRA INSULFLADORA				55.037,40
79	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL + ÓXIDO DE ZINCO E RESINA, COR BRANCA, 10 CM X 4,5 M, EM ROLO COM PROTEÇÃO DE PLÁSTICO. EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE.	UNIDADE	1515	R\$ 8,28	R\$ 12.544,20
80	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL + ÓXIDO DE ZINCO E RESINA, COR BRANCA, 5 CM X 4,5 M, EM ROLO COM PROTEÇÃO DE PLÁSTICO. EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE.	UNIDADE	1440	R\$ 5,34	R\$ 7.689,60
81	ESPÁTULA DE AYRES, USO MÉDICO, DESCARTÁVEL, CONFECIONADO EM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, NÃO ESTÉRIL, 18 CM. EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	EMBALAGEM 100 UNIDADES	100	R\$ 11,36	R\$ 1.136,00
82	ESPÉCULO VAGINAL (TAMANHO GRANDE), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, COMPOSTO POR DUAS VALVAS ARTICULADAS FABRICADAS EM POLIESTIRENO CRISTAL COM CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEM PROTUBERÂNCIAS E PARAFUSO REGULADOR ACOPLADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E	UNIDADE	840	R\$ 1,39	R\$ 1.167,60
83	ESPÉCULO VAGINAL (TAMANHO MÉDIO), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL,	UNIDADE	4620	R\$ 1,30	R\$ 6.006,00

	NÃO LUBRIFICADO, COMPOSTO POR DUAS VALVAS ARTICULADAS FABRICADAS EM POLIESTIRENO CRISTAL COM CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEM PROTUBERÂNCIAS E PARAFUSO REGULADOR ACOPLADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM				
84	ESPÉCULO VAGINAL (TAMANHO PEQUENO), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, COMPOSTO POR DUAS VALVAS ARTICULADAS FABRICADAS EM POLIESTIRENO CRISTAL COM CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEM PROTUBERÂNCIAS E PARAFUSO REGULADOR ACOPLADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UNIDADE	2600	R\$ 1,20	R\$ 3.120,00
85	"LÂMINA PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA: LÂMINAS PARA MICROSCOPIA, COM UMA EXTREMIDADE (PONTA) FOSCA E COM BORDAS LAPIDADAS; FABRIÇÃO EM VIDRO DE ALTA QUALIDADE; SELADAS À VACUO; INTERCALADAS UMA A UMA, COM FOLHAS DE PAPEL COM TRATAMENTO ANTI-FÚNGICO; ESPESS	CAIXA COM 50 UNIDADES	156	R\$ 7,58	R\$ 1.182,48
86	ESTETOSCÓPIO DUO SOM, TAMANHO: ADULTO, OLIVAS: ANATÔMICAS, EM PLÁSTICO RESISTENTE COM ACABAMENTO SEM REBARBAS, CONJUNTO BIAURICULAR: EM AÇO INOX, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA, TUBO "Y": EM PEÇA ÚNICA DE PVC, AUSCULTADOR: DUPLO, EM AÇO INOX, COM DIAF	UNIDADE	216	R\$ 42,60	R\$ 9.201,60
87	ESTETOSCÓPIO DUO SOM, TAMANHO: INFANTIL, OLIVAS: ANATÔMICAS, EM PLÁSTICO RESISTENTE COM ACABAMENTO SEM REBARBAS, CONJUNTO	UNIDADE	105	R\$ 69,50	R\$ 7.297,50

	BIAURICULAR: EM AÇO INOX, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA, TUBO "Y": EM PEÇA ÚNICA DE PVC, AUSCULTADOR: DUPLO, EM AÇO INOX, COM DI				
88	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL: RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PEDIÁTRICA; CONFECCIONADA EM MADEIRA MARFIM; ESCALA DE 100CM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS NUMERADAS A CADA CENTÍMETRO; HASTE MÓVEL, COM MARCADOR REMOVÍVEL.	UNIDADE	40	R\$ 93,49	R\$ 3.739,60
89	FITA ADESIVA INDICADORA PARA ESTERELIZAÇÃO, AUTO CLAVE, MEDINDO 19 MM X 30 M, COR CREME CLARO, COM LISTRAS DIAGONAIS BRANCAS, DORSO DE PAPEL CREPADO, COM EXCELENTE ADESÃO E RESISTENCIA A ALTAS TEMPERATURAS. EMBALAGEM UNITÁRIA. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	528	R\$ 3,52	R\$ 1.858,56
90	FITA ADESIVA MICROPOROSA, 10 CM (LARGURA) E 10 M (COMPRIMENTO), AUTO ADERENTE, CONFECCIONADO COM PAPEL HIPOALERGÊNICO PERMEÁVEL AO AR E VAPOR, RECOBERTO DE MASSA ADESIVA ACRÍLICA DE ALTA TOLERÂNCIA CUTÂNEA, MALEÁVEL E FLEXÍVEL, EM ROLO COM PROTEÇÃO PLÁSTI	UNIDADE	2147	R\$ 12,14	R\$ 26.064,58
91	FITA ADESIVA MICROPOROSA, 5 CM (LARGURA) E 10 M (COMPRIMENTO), AUTO ADERENTE, CONFECCIONADO COM PAPEL HIPOALERGÊNICO PERMEÁVEL AO AR E VAPOR, RECOBERTO DE MASSA ADESIVA ACRÍLICA DE ALTA TOLERÂNCIA CUTÂNEA, MALEÁVEL E FLEXÍVEL, EM ROLO COM PROTEÇÃO PLÁSTIC	UNIDADE	2112	R\$ 5,94	R\$ 12.545,28
92	FITA CREPE HOSPITALAR	UNIDADE	1320	R\$ 3,35	R\$ 4.422,00

	BRANCA 19MMX50M - CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADÔ TRATADO COM LÁTICES DE ESTIRENO BUTADIENO. POSSUI EM UMA DE SUAS FACES UMA MASSA ADESIVA DE BORRACHA NATURAL E RESINA, E NA OUTRA FACE UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RE				
93	FITA METRICA COM 150 CM DE COMPRIMENTO X 2 CM DE LARGURA, FLEXÍVEL IDEAL PARA PARTES CORPORAIS. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	70	R\$ 7,36	R\$ 515,20
94	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100ML: FIXADOR CITOLOGICO 100 ML SPRAY. SOLUÇÃO DE PROPILENOGLICOL E ÁLCOOL ABSOLUTO COM PROPRIEDADES DE FIXAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGAÇÕES DE MATERIAL BIOLÓGICO ESTENDIDOS EM LÂMINA DE VIDRO. REGISTRO ANVI	FRASCO 100 ML	200	R\$ 8,62	R\$ 1.724,00
95	FRASCO COLETOR UNIVERSAL PARA EXAME ESTÉRIL 50ML - UNIDADE - FRASCO TIPO COLETOR UNIVERSAL PARA EXAMES, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM TAMPA TIPO ROSCA COLORIDA, TAMANHO 50ML, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	7770	R\$ 0,43	R\$ 3.341,10
96	FRASCOS PARA DIETA ENTERAL 300 ML - DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE DIETAS ENTERAIS CAPACIDADE DE 300 ML, COM DUPLA GRADUAÇÃO EM RELEVO NA MESMA FACE E ESCALA VOLUMÉTRICA DE 50 ML, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE, I	UNIDADE	8000	R\$ 1,32	R\$ 10.560,00

97	GLICOSE HIPERTÔNICA 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10ML. UNIDADE: AMPOLA. REGISTRO NA ANVISA	AMPOLA 10 ML	2112	R\$ 0,53	R\$ 1.119,36
98	GLICOSE HIPERTÔNICA 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10ML. UNIDADE: AMPOLA. REGISTRO NA ANVISA	AMPOLA 10 ML	2112	R\$ 0,55	R\$ 1.161,60
99	LÂMINA BISTURI, TAMANHO Nº 11, MATERIAL AÇO CARBONO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA COM 100 UNIDADES	96	R\$ 38,78	R\$ 3.722,88
100	LÂMINA BISTURI, TAMANHO Nº 15, MATERIAL AÇO CARBONO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	100	R\$ 29,88	R\$ 2.988,00
101	LÂMINA BISTURI, TAMANHO Nº 22, MATERIAL AÇO CARBONO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	102	R\$ 39,24	R\$ 4.002,48
102	SUPORTE DE PAREDE PARA COLETOR RÍGIDO DE 7 LITROS. COR BRANCA	UNIDADE	51	R\$ 25,13	R\$ 1.281,63
103	SUPORTE DE PAREDE PARA COLETOR RÍGIDO DE 13 LITROS. COR BRANCA	UNIDADE	51	R\$ 31,63	R\$ 1.613,13
104	SACO PARA HAMPER COM IDENTIFICAÇÃO "INFECTANTE" FECHAMENTO POR CADARÇO, CAPACIDADE 120 LITROS. PACOTE COM 50 UNIDADES	EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	100	R\$ 101,66	R\$ 10.166,00
105	TUBO DE LÁTEX (GARROTE) REF. Nº 200. PACOTE COM 2 METROS.	ROLO 2 METROS	5	R\$ 5,15	R\$ 25,75
106	VASELINA, LÍQUIDA, PURA, PARA USO GERAL. FRASCO 1 L. REGISTRO ANVISA	FRASCO 1 L	105	R\$ 38,27	R\$ 4.018,35
107	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM E ECG - ASPECTO: INCOLOR E INODORO, NÃO GORDUROSO, ISENTO DE SAL E ÁLCOOL, PH NEUTRO. EMBALAGEM: 1KG.	EMBALAGEM 1 KG	105	R\$ 8,99	R\$ 943,95

108	KIT PAPANICOLAU TAMANHO PEQUENO, COMPOSTO DE ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO, LUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA, PORTA LÂMINA FABRICADA EM POLIPROPILENO, NO FORMATO DE TUBO, TRANSPARENTE, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, COM DIVISÓRIAS INTERNAS E CAPACIDADE D	KIT	2310	R\$ 3,57	R\$ 8.246,70
109	KIT PAPANICOLAU TAMANHO MÉDIO, COMPOSTO DE ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO, LUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA, PORTA LÂMINA FABRICADA EM POLIPROPILENO, NO FORMATO DE TUBO, TRANSPARENTE, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, COM DIVISÓRIAS INTERNAS E CAPACIDADE DE	KIT	3850	R\$ 3,57	R\$ 13.744,50
110	KIT PAPANICOLAU TAMANHO GRANDE, COMPOSTO DE ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO, LUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA, PORTA LÂMINA FABRICADA EM POLIPROPILENO, NO FORMATO DE TUBO, TRANSPARENTE, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, COM DIVISÓRIAS INTERNAS E CAPACIDADE DE	KIT	1540	R\$ 4,13	R\$ 6.360,20
111	PAPEL CREPADO PARA ESTERILIZAÇÃO, COR BRANCO, GRAMATURA 60GR MEDIDAS 75X75CM. PACOTE COM 500 UNIDADES	CAIXA COM 500 FOLHAS	48	R\$ 599,30	R\$ 28.766,40
112	"WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 60G, DIMENSÕES 90 X 90CM. TRILAMINADO DE NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS (SPUNBOND, MELTBLOWN, SPUNBOND); PRODUTO NÃO ESTÉRIL; DESCARTÁVEL CX COM 50 UNIDADES	EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	396	R\$ 161,00	R\$ 63.756,00
113	SERINGA DE 3 ML, GRADUADA ,	CAIXA COM	60	R\$ 24,92	R\$ 1.495,20

	BICO RETO (LWER LOCK), ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA . CAIXA COM 100 UNIDADES .	100 UNIDADES			
114	SERINGA DE 5 ML, GRADUADA , BICO RETO (LWER LOCK), ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA . EMBALAGEM UNITÁRIA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	R\$ 28,49	R\$ 1.709,40
115	SERINGA DE 10 ML, GRADUADA , BICO RETO (LWER LOCK), ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA . EMBALAGEM UNITÁRIA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	40	R\$ 37,50	R\$ 1.500,00
116	SERINGA DE 20 ML, GRADUADA , BICO RETO (LWER LOCK), ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA . EMBALAGEM UNITÁRIA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	40	R\$ 42,73	R\$ 1.709,20
117	SERINGA DE 60 ML, GRADUADA , BICO RETO (LWER SLIP), ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA . EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	8640	R\$ 1,40	R\$ 12.096,00
118	SERINGA INSULINA ULTRAFINA 50UI SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA COM CAPACIDADE PARA 50UI, COM ESCALA EXTERNA GRAVADA, INDELÉVEL, PRECISA E VISÍVEL DE 1 EM 1 UNIDADE, AGULHA FIXA (INTEGRADA) DE 6 MM DE COMPRIMENTO POR 0,25 MM DE DIÂMETRO (30 G 5/16") .	CAIXA COM 100 UNIDADES	408	R\$ 184,23	R\$ 75.165,84
119	SOLUÇÃO AQUOSA À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% (10.000PPM DE CLORO ATIVO). FRASCO 1 L.	FRASCO 1 L	528	R\$ 3,41	R\$ 1.800,48
120	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL , Nº 6.5. CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE À TRAÇÃO, PUNHO COM BAINHA OU FRISOS,LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO;	UNIDADE	4600	R\$ 1,83	R\$ 8.418,00
121	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	UNIDADE	600	R\$ 1,96	R\$ 1.176,00

	ESTÉRIL , Nº 7. CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE À TRAÇÃO, PUNHO COM BAINHA OU FRISOS,LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO;				
122	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL , Nº 7,5. CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE À TRAÇÃO, PUNHO COM BAINHA OU FRISOS,LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO;	UNIDADE	600	R\$ 1,73	R\$ 1.038,00
123	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL , Nº 8. CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE À TRAÇÃO, PUNHO COM BAINHA OU FRISOS,LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO;	UNIDADE	600	R\$ 1,94	R\$ 1.164,00
124	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL , Nº 8,5. CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE À TRAÇÃO, PUNHO COM BAINHA OU FRISOS,LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO;	UNIDADE	600	R\$ 2,15	R\$ 1.290,00
125	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, LISA, AMBIDESTRA, TIPO 1, NÃO ESTÉRIL, COM PÓ - TAMANHO G. CAIXA COM 50 PARES	CAIXA COM 50 PARES	1140	R\$ 22,70	R\$ 25.878,00
126	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, CONFECCIONADA	CAIXA COM 50 PARES	1140	R\$ 23,04	R\$ 26.265,60

	EM BORRACHA NATURAL, LISA, AMBIDESTRA, TIPO 1, NÃO ESTÉRIL, COM PÓ - TAMANHO M. CAIXA COM 50 PARES				
127	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, CONFECIONADA EM BORRACHA NATURAL, LISA, AMBIDESTRA, TIPO 1, NÃO ESTÉRIL, COM PÓ - TAMANHO P. CAIXA COM 50 PARES	CAIXA COM 50 PARES	1140	R\$ 23,65	R\$ 26.961,00
128	LUVA NITRÍLICA NÃO ESTÉRIL TAMANHO G, SEM TALCO OU AMIDO, NÃO ESTÉRIL. SEM LÁTEX. PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS. COMPOSIÇÃO: 100% BORRACHA NITRÍLICA. COR AZUL. COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL.COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS E FORMATO ANATÔMICO.	CAIXA COM 50 PARES	340	R\$ 22,70	R\$ 7.718,00
129	LUVA NITRÍLICA NÃO ESTÉRIL TAMANHO M, SEM TALCO OU AMIDO, NÃO ESTÉRIL. SEM LÁTEX. PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS. COMPOSIÇÃO: 100% BORRACHA NITRÍLICA. COR AZUL. COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL.COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS E FORMATO ANATÔMICO.	CAIXA COM 50 PARES	340	R\$ 23,76	R\$ 8.078,40
130	LUVA NITRÍLICA NÃO ESTÉRIL TAMANHO P, SEM TALCO OU AMIDO, NÃO ESTÉRIL. SEM LÁTEX. PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS. COMPOSIÇÃO: 100% BORRACHA NITRÍLICA. COR AZUL. COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL.COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS E FORMATO ANATÔMICO.	CAIXA COM 50 PARES	340	R\$ 22,33	R\$ 7.592,20
131	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML. BOLSA OU FRASCO SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL, APIROGÊNICO. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	2304	R\$ 3,05	R\$ 7.027,20
132	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML. BOLSA OU FRASCO SISTEMA	UNIDADE	4324	R\$ 3,83	R\$ 16.560,92

	FECHADO, ESTÉRIL, APIROGÊNICO. REGISTRO NA ANVISA				
133	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML. BOLSA OU FRASCO SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL, APIROGÊNICO. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4224	R\$ 4,61	R\$ 19.472,64
134	INDICADOR BIOLÓGICO 24 HORAS * INDICADOR BIOLÓGICO DO TIPO AUTOCONTIDO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM TEMPO DE LEITURA FINAL DE 24 HORAS INCUBADOS EM INCUBADORA APROPRIADA COM TEMPERATURA DE 58°C +/- 2°C. CAIXA COM 10 UND.	CAIXA COM 10 UNIDADES	230	R\$ 46,45	R\$ 10.683,50
135	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL, VERIFICADO E APROVADO PELO INETRO, À PROVA D'ÁGUA, MEMORIZA ÚLTIMA TEMPERATURA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, VISOR DECIMAL, MEDição EM ° C, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: BATERIA LR41	UNIDADE	142	R\$ 37,40	R\$ 5.310,80
136	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA ELÁSTICA BRANCA – PACOTE COM 100 UNIDADES	EMBALAGEM 100 UNIDADES	105	R\$ 6,66	R\$ 699,30
137	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, SEMI-FACIAL, DESCARTAVEL, COM TRES CAMADAS DE PROTEÇÃO, SENDO A INTERNA EM MATERIAL HIPOALERGICO, CONFECCIONADA COM NÃO TECIDO, COM GRAMATURA MINIMA DE 30G/M², COM CLIP NASAL EMBUTIDO, INODORA, TIRAS COSTURADAS COM SOLDA ELE	CAIXA COM 50 UNIDADES	345	R\$ 7,07	R\$ 2.439,15
138	TIRAS REATIVAS PARA TESTE DE GLICEMIA CAPILAR, COMPATÍVEL COM APARELHO GLICOSÍMETRO ON CALL PLUS II – CAIXA COM 50 UNIDADES. COM REGISTRO DA ANVISA	CAIXA COM 50 UNIDADES	1066	R\$ 33,70	R\$ 35.924,20

139	TIRES REATIVAS PARA TESTE DE GLICEMIA CAPILAR, COMPATÍVEL COM APARELHO GLICOSÍMETRO ACCU CHEK ACTIVE ROCHE - CAIXA COM 50 UNIDADES. COM REGISTRO DA ANVISA	CAIXA COM 50 UNIDADES	16200	R\$ 33,50	R\$ 542.700,00
140	"MEDIDOR GLICOSÍMETRO - APARELHO GLICOSÍMETRO DIGITAL PARA MEDAÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR DE USO DOMICILIAR ; TENSÃO: ALIMENTAÇÃO POR PILHAS E/OU BATERIAS. RESULTADOS EM 5 SEGUNDOS; INTERVALO DE MEDAÇÃO ENTRE 20 E 600 MG/DL; VOLUME DE AMOSTRA SANGUÍNEA NEC	UNIDADE	234	R\$ 54,23	R\$ 12.689,82
141	"GLICOSÍMETRO - APARELHO GLICOSÍMETRO DIGITAL PARA MEDAÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR DE USO DOMICILIAR ; TENSÃO: ALIMENTAÇÃO POR PILHAS E/OU BATERIAS. RESULTADOS EM 5 SEGUNDOS; INTERVALO DE MEDAÇÃO ENTRE 10 E 600 MG/DL; VOLUME DE AMOSTRA SANGUÍNEA NECESSÁRIA:	UNIDADE	600	R\$ 74,89	R\$ 44.934,00
142	CANETA RECARREGÁVEL PARA INJEÇÃO DE INSULINA PARA USO COM REFIS DE 3 ML (CARPULE) DE INSULINA NPH E REGULAR COMPATÍVEIS COM A INSULINA USLIN E COM AS AGULHAS PARA APLICAÇÃO DE INSULINA EXISTENTES NO MERCADO, COM TAMPA E COM ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO.	UNIDADE	450	R\$ 235,39	R\$ 105.925,50
143	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA 0,22 MM X 4 MM, HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, SILICONIZADA, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL, COMPATÍVEL COM TODOS OS TIPOS DE CANETA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA. REGISTRO ANVISA - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	1200	R\$ 29,44	R\$ 35.328,00
144	CATETER URETRAL, CALIBRE N.	UNIDADE	1440	R\$ 12,56	R\$

	04 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .				18.086,40
145	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 06 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .	UNIDADE	1440	R\$ 12,27	R\$ 17.668,80
146	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 08 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .	UNIDADE	2880	R\$ 13,66	R\$ 39.340,80
147	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 10 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .	UNIDADE	2880	R\$ 13,67	R\$ 39.369,60
148	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 12 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE	UNIDADE	2880	R\$ 14,45	R\$ 41.616,00

	POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .				
149	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 14 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .	UNIDADE	2880	R\$ 15,11	R\$ 43.516,80
150	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 16 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .	UNIDADE	1440	R\$ 15,59	R\$ 22.449,60
151	CATETER URETRAL, CALIBRE N. 18 - CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU PVC OU ELASTOMERO A BASE DE POLIOLEFINA, EXTREMIDADES NAO TRAUMATICAS, BEM ACABADAS SEM REBARBAS, ORIFICIOS BISELADOS, RESISTENTE A TORCOES FORMATO MASCULINO C/LUBRIFICACAO .	UNIDADE	1440	R\$ 15,07	R\$ 21.700,80
152	PORTA LÂMINA CITOLOGIA. FABRICADO EM POLIPROPILENO, NO FORMATO DE TUBO, TRANSPARENTE, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, COM DIVISÓRIAS INTERNAS E CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA 3 (TRÊS)	UNIDADE	7700	R\$ 0,65	R\$ 5.005,00

	LÂMINAS DE VIDRO. DIMENSÕES: DIÂMETRO 35 X 82 MM, COMPRIMENTO TOTAL COM TAMPA:				
153	SONDA FOLEY TRES VIAS ADULTO Nº 16 CONFECCIONADA EM SILICONE PURO, TRANSPARENTE COM EXTREMIDADE DISTAL ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS. A SONDA DEVERÁ TER EM SEU MARCADOS EM SEU CORPO O TAMANHO E CAPACIDADE DO BALÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ESTERIL.	UNIDADE	132	R\$ 3,45	R\$ 455,40
154	SONDA FOLEY TRES VIAS ADULTO Nº 18 CONFECCIONADA EM SILICONE PURO, TRANSPARENTE COM EXTREMIDADE DISTAL ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS. A SONDA DEVERÁ TER EM SEU MARCADOS EM SEU CORPO O TAMANHO E CAPACIDADE DO BALÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ESTERIL.	UNIDADE	132	R\$ 3,30	R\$ 435,60
155	SONDA FOLEY TRES VIAS ADULTO Nº 20 CONFECCIONADA EM SILICONE PURO, TRANSPARENTE COM EXTREMIDADE DISTAL ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS. A SONDA DEVERÁ TER EM SEU MARCADOS EM SEU CORPO O TAMANHO E CAPACIDADE DO BALÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ESTERIL.	UNIDADE	132	R\$ 5,56	R\$ 733,92
156	SONDA FOLEY TRES VIAS ADULTO Nº 22 CONFECCIONADA EM SILICONE PURO, TRANSPARENTE COM EXTREMIDADE DISTAL ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS. A SONDA DEVERÁ	UNIDADE	132	R\$ 8,48	R\$ 1.119,36

	TER EM SEU MARCADOS EM SEU CORPO O TAMANHO E CAPACIDADE DO BALÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ESTERIL.				
157	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 500 ML. USO EXTERNO. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	5300	R\$ 3,81	R\$ 20.193,00
158	SCALP N 21G (CAIXA 100 UNIDADES). DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER- LOCK CÔNICO E RÍGIDO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	105	R\$ 22,54	R\$ 2.366,70
159	SCALP N 23G.(CXA 100 UNIDADES) DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER- LOCK CÔNICO E RÍGIDO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	105	R\$ 22,84	R\$ 2.398,20
160	SCALP N 25G(CXA 100 UND). DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER- LOCK CÔNICO E RÍGIDO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	105	R\$ 21,02	R\$ 2.207,10
161	HASTES FLEXIVEIS DESCARTÁVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO. CAIXA COM 75 UNIDADES	CAIXA	212	R\$ 4,44	R\$ 941,28
162	CONJUNTO (KIT) COLOCAÇÃO DIU, EM POLIETILENO. COMPONENTES: TESOURA CHERON, GUIA DE HISTEROMETRIA, ESPÉCULO	UNIDADE	360	R\$ 80,76	R\$ 29.073,60

	DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, USO GINECOLÓGICO.				
163	KIT NEBULIZAÇÃO P/ AR COMPRIMIDO (NEBULIZADOR), TAMANHO INFANTIL. KIT COMPOSTO POR 1 MÁSCARA/1 EXTENSOR/1 COPO EMBALAGEM UNITÁRIA	KIT	240	R\$ 8,00	R\$ 1.920,00
164	KIT NEBULIZAÇÃO P/ AR COMPRIMIDO (NEBULIZADOR), TAMANHO ADULTO. KIT COMPOSTO POR 1 MÁSCARA/1 EXTENSOR/1 COPO EMBALAGEM UNITÁRIA	KIT	240	R\$ 8,63	R\$ 2.071,20
165	KIT NEBULIZAÇÃO PARA O ² , TAMANHO ADULTO. EMBALAGEM CONTENDO 1 MÁSCARA, 1 EXTENSOR, 1 CONECTOR PARA ENTRADA DE O2 E 1 COPO EMBALAGEM UNITÁRIA	KIT	240	R\$ 16,70	R\$ 4.008,00
166	MÁSCARA DE PROTEÇÃO N95 PFF2. FABRICADA EM TECIDO NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; POSSUI FORMATO ANATÔMICO E DOBRÁVEL; CONTÉM CLIPE NASAL PARA MELHOR AJUSTE DA MÁSCARA NO ROSTO DO USUÁRIO, E DUAS TIRAS DE ELÁSTICO SOLDADAS AO CORPO DO PRODUTO.	UNIDADE	1040	R\$ 3,02	R\$ 3.140,80
167	PRESERVATIVO MASCULINO EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL LUBRIFICADO, FORMATO LISO, LADOS PARALELOS EXTREMIDADES COM RESERVATÓRIO, SEM AROMA, LARGURA NOMINAL 52MM. EMB.INDIVIDUAL LACRADA, COM INFORMAÇÕES DE PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO . C/ 144UND	CAIXA COM 144 UNIDADES	389	R\$ 51,62	R\$ 20.080,18
168	LANCETA CALIBRE 28 - LANCETAS ESTÉREIS CALIBRE 28 (28G), 037MM DESCARTÁVEIS PARA COLETA DE GLICEMIA CAPILAR. REGISTRO NA ANVISA -	CAIXA COM 100 UNIDADES	8504	R\$ 11,93	R\$ 101.452,72

	CX COM 100 UND.				
169	LENÇOL TNT 100% POLIPROPILENO - PACOTE COM 10 UNIDADES	EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	200	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
170	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL 70CM X 50M ,DESCARTÁVEL. TAMANHO:70 X 50 CM. ROLOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. COR: BRANCO.	ROLO	1270	R\$ 8,50	R\$ 10.795,00
171	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, DUAS DOBRAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: COMPOSIÇÃO DO PAPEL E MATÉRIA PRIMA: 100% CELULOSE VIRGEM, SEM PERFUME; COR BRANCA, ALVO GOFRADO; DIMENSÕES APROXIMADAS: 23X21CM, ESPESSURA DO PAPEL: 0,10MM; FARDO C/1000FOLHAS	FARDO COM 1000 FOLHAS	1106	R\$ 11,89	R\$ 13.150,34
172	GLICERINA 12% ENEMA, FRASCO COM SONDA RETAL. ACONDICIONADA EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 500ML. REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO COM 500 ML	60	R\$ 10,81	R\$ 648,60
173	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL (APARELHO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL), PARA UTILIZAR NO BRAÇO, ANALÓGICO, BRAÇADEIRA EM NYLON ANTI-ALÉRGICA IMPERMEÁVEL COR PRETO, FECHO EM VELCRO, PÉRA INSULFLADORA (BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL)	UNIDADE	106	R\$ 88,36	R\$ 9.366,16
174	PILHA ALCALINA AAA (PALITO), TENSÃO 1,5 V, COM APROVAÇÃO DO INMETRO, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	453	R\$ 9,77	R\$ 4.425,81
175	PILHA ALCALINA PEQUENA AA TENSÃO 1,5V CARTEL A/ 4 UND	EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	453	R\$ 9,57	R\$ 4.335,21
176	PILHA MEDIA/TIPO C, NÃO RECARREGAVEL - 1,5 V. CARTEL A COM 02 UNIDADES.	EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	316	R\$ 12,37	R\$ 3.908,92
177	PROTETOR SOLAR FATOR 60 -	UNIDADE	600	R\$ 32,92	R\$

	PROTETOR SOLAR UVA / UVB, RESISTENTE À ÁGUA, HIPOALÉRGICO, CONTÉM EM SUA COMPOSIÇÃO REPELENTE DE ISENTOS E VITAMINA E, NÃO OLEOSO, DE FÁCIL ESPALHABILIDADE NA PELE, COM ALTO PODER DE HIDRATAÇÃO DA PELE, PARA UTILIZAR NO ROSTO.				19.752,00
178	TESTE RÁPIDO ANTIGENO COVID - IMUNOENSAIO CROMATOGRÁFICO RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE COVID-19 EM AMOSTRAS DE SWAP NASOFARÍNGEO. AMOSTRAS: SWAB NASOFARÍNGEO; REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 20 UNIDADES	CAIXA COM 20 TESTES	320	R\$ 164,10	R\$ 52.512,00
179	KIT DE ENSAIO IMUNOCROMATOGRAFICO PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM P/ DENGUE. CAIXA COM 20 A 25 UNIDADES	CAIXA COM 20 TESTES	160	R\$ 157,79	R\$ 25.246,40
180	KIT DE ENSAIO IMUNOCROMATOGRAFICO PESQUISA ANTIGENO NS1 P/ DENGUE. CAIXA COM 20 A 25 UNIDADES	CAIXA COM 20 TESTES	316	R\$ 175,93	R\$ 55.593,88
181	SACO PLÁSTICO BRANCO LEITOSO 50 LITROS - CONSTITUÍDO DE POLIETILENO DE BAIXA OU ALTA DENSIDADE, CAPACIDADE NOMINAL DE 50 LITROS, ESPESSURA MÍNIMA POR PAREDE DE 0,010MM, DIMENSÕES MÍNIMAS PLANAS: 63CM DE LARGURA X 80CM DE ALTURA. IMPERMEÁVEL. PACOTE DE 100	FARDO COM 100 UNIDADES	267	R\$ 31,50	R\$ 8.410,50
182	SACO LIXO RESÍDUO INFECTANTE BRANCO 100 LITROS 75X105 CM 0,02 MICRAS DE ESPESSURA. PACOTE DE 100 UNIDADES.	FARDO COM 100 UNIDADES	267	R\$ 43,58	R\$ 11.635,86
183	PORTA AGULHA EM AÇO INOX MAYO HEGAR 14CM	UNIDADE	40	R\$ 63,74	R\$ 2.549,60

184	PORTA AGULHA EM AÇO INOX MAYO HEGAR 16CM	UNIDADE	40	R\$ 73,61	R\$ 2.944,40
185	PORTA AGULHA EM AÇO INOX MAYO HEGAR 18CM	UNIDADE	40	R\$ 84,20	R\$ 3.368,00
186	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 14 CM. QUANTIDADE UNITÁRIA. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	120	R\$ 25,08	R\$ 3.009,60
187	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO Nº 14 CM, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL. QUANTIDADE UNITÁRIA	UNIDADE	120	R\$ 21,32	R\$ 2.558,40
188	PINÇA KELLY CURVA 14CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	120	R\$ 36,01	R\$ 4.321,20
189	PINÇA KELLY RETA 14 CM, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL . QUANTIDADE UNITÁRIA	UNIDADE	120	R\$ 38,00	R\$ 4.560,00
190	TESOURA IRIS, CURVA, 12 CM, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	120	R\$ 28,52	R\$ 3.422,40
191	TESOURA IRIS, RETA, 12 CM, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	120	R\$ 19,28	R\$ 2.313,60
192	TESOURA DE METZEBEAN RETA 14 CM EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	70	R\$ 18,40	R\$ 1.288,00
193	PINÇA CIRÚRGICA PROFESSOR MEDINA, PONTA CURVA, TIPO CONCHA, ADICIONAL:CERCA DE 3 MM, HASTE ANGULADA, COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 24 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	UNIDADE	36	R\$ 190,30	R\$ 6.850,80
194	PINCA CHERON - COMPRIMENTO DE 24 CM ACO INOX DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO. FABRICADO DE ACORDO COM PADROES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT.	UNIDADE	36	R\$ 71,08	R\$ 2.558,88
195	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO: VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUÇÃO, TELA ROTACIONAL, PERmite VISUALIZAÇÃO NA	UNIDADE	136	R\$ 121,58	R\$ 16.534,88

	VERTICAL E HORIZONTAL. INDICAÇÃO DA SP02, FREQUÊNCIA CARDÍACA, FORÇA DE PULSO, ONDA PLETISMOGRÁFICA E TABELA DE TENDÊNCIAS.				
196	OXÍMETRO DE DEDO PEDIÁTRICO E NEONATAL PORTÁTIL: - FOI DESENVOLVIDO PARA MEDIR DE FORMA PRECISA A SATURAÇÃO DE OXIGÉNIO SANGUÍNEO (SPO2), FREQUÊNCIA CARDÍACA (FC) E INTENSIDADE DE PULSO POR MEIO DE UM SIMPLES CONTATO DIGITAL.	UNIDADE	30	R\$ 130,46	R\$ 3.913,80
197	BANDAGEM ELÁSTICA AUTOADERENTE 10 CM x 4,5 M FITA ELÁSTICA COESIVA, AUTOADERENTE, NÃO ADERENTE À PELE, PARA IMOBILIZAÇÃO LEVE. EMBALAGEM UNITÁRIA	UNIDADE	20	R\$ 10,53	R\$ 210,60
198	CURATIVO PÓS-PUNÇÃO ADULTO - CURATIVO REDONDO, ADESIVO, HIPOALERGÊNICO, DIÂMETRO 20 MM, PARA PUNÇÃO VENOSA. CAIXA COM 500 UNIDADES	CAIXA COM 500 UNIDADES	30	R\$ 14,68	R\$ 440,40
199	CURATIVO PÓS-PUNÇÃO INFANTIL - CURATIVO ADESIVO INFANTIL, HIPOALERGÊNICO, DIÂMETRO 25 MM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 500 UNIDADES	CAIXA COM 500 UNIDADES	78	R\$ 15,43	R\$ 1.203,54
200	FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL 2-0 POLIGLACTINA (VICRYL) - FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO ABSORVÍVEL, ESTERILIZADO, AGULHADO ½ CÍRCULO. CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA COM 12 UNIDADES DE FIO AGULHADO	336	R\$ 211,89	R\$ 71.195,04
201	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO PRETO 2-0 - FIO MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, COM AGULHA 2 CM, CORTE REVERSO. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA COM 24 UNIDADES DE FIO AGULHADO	250	R\$ 30,62	R\$ 7.655,00
202	IODO POLIVIDONA 10% SOLUÇÃO AQUOSA - 1 L - ANTISSÉPTICO	FRASCO 1L	40	R\$ 55,20	R\$ 2.208,00

	TÓPICO À BASE DE IODOPOVIDONA 10%, AÇÃO BACTERICIDA E FUNGICIDA.				
203	"PROTECTOR LABIAL FPS 50 - PROTECTOR LABIAL COM FILTRO SOLAR FPS 50, HIPOALERGÉNICO, HIDRATANTE."	UNIDADE	1946	R\$ 55,08	R\$ 107.185,68
204	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO INJETÁVEL – FRASCO CONTENDO 250 ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL ESTÉRIL, EQUILIBRADA COM ELETROLÍTOS E LACTATO DE SÓDIO.	FRASCO 250 ML	100	R\$ 6,58	R\$ 658,00
205	TUBO CRIOGÊNICO PP 4,5 ML ROSCA EXTERNA GRADUADO - TUBO EM POLIPROPILENO, GRADUADO, TAMPA ROSCA EXTERNA, ESTERILIZADO. PACOTE COM 100 UNIDADES	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	10	R\$ 129,36	R\$ 1.293,60
206	"SERINGA INSULINA ULTRAFINA 100UI - SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA COM CAPACIDADE PARA 100UI, COM ESCALA EXTERNA GRAVADA, INDELÉVEL, PRECISA E VISÍVEL DE 1 EM 1 UNIDADE, AGULHA FIXA (INTEGRADA)	UNIDADES	40800	R\$ 1,75	R\$ 71.400,00
207	"TESTE RÁPIDO BETA-HCG - TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ TESTE DE TRIAGEM QUALITATIVO, DETERMINAÇÃO POR IMUNOCROMATOGRAFIA DA GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG) EM SORO OU URINA, COMO AUXÍLIO DA DETECÇÃO PRECOCE DA GRAVIDEZ .	CAIXA COM 100 UNIDADES	25	R\$ 39,64	R\$ 991,00
208	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 3,5 ML, COMPONENTES COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL,	CAIXA COM 50 UNIDADES	300	R\$ 0,69	R\$ 207,00

	DESCARTÁVEL CAIXA COM 50 UNIDADES				
209	RESERVA DE COTA DO ITEM 10: ALCOOL, ETÍLICO HIDRATADO 70 % (FRASCO PLÁSTICO DE 1000 ML) INCOLOR, DESTINADO A DESINFEÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS. REGISTRO ANVISA	FRASCO 500 ML	3320	R\$ 9,15	R\$ 30.378,00
210	RESERVA DE COTA DO ITEM 112: WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 60G, DIMENSÕES 90 X 90CM. TRILAMINADO DE NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS (SPUNBOND, MELTBLOWN, SPUNBOND); PRODUTO NÃO ESTÉRIL; DESCARTÁVEL CX COM 50 UNIDADES	EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	132	R\$ 161,00	R\$ 21.252,00
211	RESERVA DE COTA DO ITEM 118: SERINGA INSULINA ULTRAFINA 50UI SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA COM CAPACIDADE PARA 50UI, COM ESCALA EXTERNA GRAVADA, INDELÉVEL, PRECISA E VISÍVEL DE 1 EM 1 UNIDADE, AGULHA FIXA (INTEGRADA) DE 6 MM DE COMPRIMENTO POR 0,25 MM DE DIÂMETRO (30 G 5/16").	CAIXA COM 100 UNIDADES	136	R\$ 184,23	R\$ 25.055,28
212	RESERVA DE COTA DO ITEM 139: TIRAS REATIVAS PARA TESTE DE GLICEMIA CAPILAR, COMPATÍVEL COM APARELHO GLICOSÍMETRO ACCU CHEK ACTIVE ROCHE – CAIXA COM 50 UNIDADES. COM REGISTRO DA ANVISA	CAIXA COM 50 UNIDADES	5400	R\$ 33,50	R\$ 180.900,00
213	RESERVA DE COTA DO ITEM 142: CANETA RECARREGÁVEL PARA INJEÇÃO DE INSULINA PARA USO COM REFIS DE 3 ML	UNIDADE	150	R\$ 235,39	R\$ 35.308,50

	(CARPULE) DE INSULINA NPH E REGULAR COMPATÍVEIS COM A INSULINA USLIN E COM AS AGULHAS PARA APLICAÇÃO DE INSULINA EXISTENTES NO MERCADO, COM TAMPA E COM ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO.				
214	RESERVA DE COTA DO ITEM 168: LANCETA CALIBRE 28 - LANCETAS ESTÉREIS CALIBRE 28 (28G), 037MM DESCARTÁVEIS PARA COLETA DE GLICEMIA CAPILAR. REGISTRO NA ANVISA - CX COM 100 UND.	CAIXA COM 144 UNIDADES	2834	R\$ 11,93	R\$ 33.809,62
215	RESERVA DE COTA DO ITEM 203: "PROTETOR LABIAL FPS 50 - PROTETOR LABIAL COM FILTRO SOLAR FPS 50, HIPOALERGÊNICO, HIDRATANTE."	FRASCO 1L	648	R\$ 55,08	R\$ 35.691,84
216	RESERVA DE COTA DO ITEM 206: "SERINGA INSULINA ULTRAFINA 100UI - SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA COM CAPACIDADE PARA 100UI, COM ESCALA EXTERNA GRAVADA, INDELÉVEL, PRECISA E VISÍVEL DE 1 EM 1 UNIDADE, AGULHA FIXA (INTEGRADA)	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	13600	R\$ 1,75	R\$ 23.800,00
					R\$ 3.685.672,04

4.1.1. O valor global estimado da licitação é de **R\$ 3.685.672,04** (três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e quatro centavos)

DOTAÇÕES:

4.2.O desembolso se fará mediante rubrica das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades UBS
Ficha 467
02.14.01.10.301.0115.2295-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades UBS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos

1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Saúde Bucal
Ficha 471
02.14.01.10.301.0115.2314-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Saúde Bucal
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Média e Alta Complexidade
Ficha 418
02.14.03.10.302.0115.2299-3.3.90.30.00
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades CAPS
Ficha 535
02.14.01.10.302.0115.2447-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades CAPS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Ficha 564
02.14.04.10.305.0115.2320-3.3.90.30.00
Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Ficha 584
02.14.05.10.303.0115.2323-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal

1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

4.3. MAPA DE RISCOS:

- a) Risco de entrega de produtos em desacordo com especificações
- b) Risco de atraso na entrega
- c) Risco de itens com prazo de validade reduzido
- d) Risco de superfaturamento ou preços acima do mercado
- e) Risco de interrupção do fornecimento por dificuldades operacionais do contratado
- f) Risco de erro na estimativa de consumo

4.4. MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO/ALOCAÇÃO RISCOS:

4.4.1. Os riscos da contratação serão distribuídos/locados de acordo com a tabela abaixo:

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSABILIDADE	TRATAMENTO
Entrega de produtos fora da especificação	Média	Médio	Contratado	Exigência de amostras, inspeção de recebimento e previsão de rejeição do item
Atraso na entrega	Média	Alto	Contratado	Previsão de penalidades e prazos claros
Validade inadequada	Baixa	Médio	Contratado	Exigência de validade mínima e conferência no ato de recebimento
Preços acima da média	Baixa	Alto	Administração	Realização de ampla pesquisa de mercado
Interrupção do fornecimento	Baixa	Alto	Contratado	Previsão de penalidades e possibilidade de contratação emergencial
Erro na previsão de consumo	Média	Médio	Administração	Análise de histórico e revisão periódica das demandas

5 – DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1- A solução proposta consiste na aquisição planejada e contínua de materiais médico-hospitalares, destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar a regularidade dos atendimentos, a segurança assistencial e a eficiência da gestão pública da saúde.

Em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União, a solução foi estruturada com base em planejamento prévio, padronização de itens, análise do consumo histórico e gestão eficiente de

estoques, de modo a evitar aquisições fragmentadas, contratações emergenciais recorrentes e desperdício de recursos públicos.

A aquisição abrangerá materiais essenciais e de uso contínuo nas Unidades Básicas de Saúde, tais como insumos para procedimentos clínicos e ambulatoriais, curativos, enfermagem, imunização, proteção individual e apoio diagnóstico, conforme especificações técnicas previamente definidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

A definição dos itens, quantitativos e especificações técnicas baseia-se:

- No levantamento do consumo médio histórico das unidades de saúde;
- Na estimativa de demanda futura, considerando a expansão ou manutenção dos serviços;
- Na padronização de materiais, visando compatibilidade, segurança e racionalização do uso;
- Na observância das normas sanitárias e técnicas vigentes, especialmente as expedidas pela ANVISA.

A solução privilegia a aquisição por meio de processo licitatório estruturado, preferencialmente com utilização de Sistema de Registro de Preços, quando aplicável, como forma de garantir maior flexibilidade no fornecimento, redução de custos unitários, otimização da logística e melhor adequação às variações de demanda, conforme boas práticas recomendadas pelo TCU.

A compra planejada e centralizada permite:

- Manutenção de estoques mínimos adequados;
- Redução do risco de desabastecimento das Unidades Básicas de Saúde;
- Prevenção de perdas por vencimento de produtos;
- Maior controle e rastreabilidade dos materiais adquiridos;
- Melhoria na previsibilidade orçamentária e financeira.

As especificações técnicas dos materiais observarão critérios objetivos e funcionais, vedada a indicação de marcas, salvo nas hipóteses legalmente justificadas, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, a solução proposta atende às diretrizes de boa governança, planejamento e eficiência administrativa recomendadas pelo Tribunal de Contas da União e está alinhada aos princípios e dispositivos da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO:

6.1.1. Conforme a solução apontada, a licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 6.221/2023, através de Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021, art. 29).

6.1.2. A futura Ata de Registro de Preços deverá observar as seguintes condições:

6.1.3. Aquisição de material médico hospitalar para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento contínuo e adequado às atividades institucionais de cada demandante.

6.1.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, próprios para consumo humano, em perfeito estado de conservação. Os materiais médico hospitalares deverão atender às normas sanitárias vigentes, ANVISA, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações sanitárias federais, estaduais e municipais.

6.1.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para alimentos, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote e procedência. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.

6.1.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

6.1.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

6.1.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

6.1.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

6.1.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

6.1.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

6.2.1. VIGÊNCIA DA ARP:

6.2.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da publicação do extrato da presente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado que as condições e o preço vantajoso permanecem vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/21 e Art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.221/23.

6.2.2. DA PRORROGAÇÃO:

6.2.2.1. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, no caso de prorrogação da vigência da presente ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo ora registrado, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

6.2.2.2. O ato de prorrogação da vigência da presente ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

6.2.3. DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

6.2.3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação (ões) dos produtos a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no quadro contido no desta ARP.

6.2.3.2. A(s) diferença(s) percentual (is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) nesta ARP.

6.2.3. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.2.3.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedor na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.2.3.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de

impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, cuja lista constará da presente ata, na forma de anexo.

6.2.3.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

6.2.3.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2. será efetuada caso e quando houver a necessidade de convocação dos mesmos.

6.2.3.4. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por todo prazo de vigência da ata**, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2.3.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

6.2.3.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.3.7. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

6.2.4. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:

6.2.4.1. Autorizado o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição dos itens objeto do presente certame ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no sistema da plataforma *Licitanet* (www.licitanet.com.br), no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, em até 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

6.2.4.2. Na hipótese de recusa ou perda do prazo para assinar a presente ata por parte do convocado, poderá a Administração promover a convocação dos licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação constante do cadastro de reservas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23.

6.2.4.3. A perda de prazo, a recusa injustificada, ou cuja justificativa não foi aceita pela Administração por qualquer dos licitantes, implicará na instauração de processo administrativo para, após garantido o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.4.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a presente ata de registro de preços nos termos do item 7.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos dos documentos constante do Processo Licitatório que deu origem ao Pregão Eletrônico nº 006/2026.

6.2.4.5. A assinatura Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas durante toda a vigência da ata, sendo que seu descumprimento injustificado implicará na instauração de processo administrativo para aplicações das sanções previstas na Lei 14.133/21, no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.4.6. Na forma do artigo 19 do Decreto Municipal nº 6.221/23, **as contratações decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou**

outro instrumento equivalente, observado o disposto no artigo 95 da Lei 14.133/21.

6.2.5. DA REGÊNCIA:

6.2.5.1 – A presente Ata de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 6.221/23 e demais normas complementares, sendo que eventuais casos omissos serão decididos com base na Lei Federal nº 8.078/90, na Lei Federal nº 10.406/02, nos princípios gerais de Direito Administrativo ou nos princípios gerais de direito.

6.2.6. DA VEDAÇÃO DE ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

6.2.6.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto não será permitida a Adesão de órgão ou entidades, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462/23, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

6.2.7. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

6.2.7.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.7.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

REQUISITANTE	ENDEREÇO	DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	E-MAL/TELEFONE
Farmácia Municipal de Ibiá	Rua 203, nº 25, Ibiá/MG – CEP: 38950-000	2ª a 6ª feira (excetos feriados/pontos facultativos) das 07:00 às 10:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.	NOME: Ticiana Angélica dos Santos CARGO: Chefe da Atenção Primária SITUAÇÃO: CONCURSADO/ EFETIVO TEL: (34) 3631-4940 E-MAIL: atencioabasica@ibia.mg.gov.br	(34) 3631-4940

6.2.7. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

6.2.8. DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:

6.2.8.1. O(s) material(s) objeto da presente Ata de Registro de Preços será(ão) executados pela(o) CONTRATADA(O), conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições

especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

6.2.8.2. O(s) produto(s) objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.2.8.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

6.2.8.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

6.2.8.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.2.8.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

6.2.8.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado na presente ata, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstaciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1^a e 2^a vias).

6.2.8.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

6.2.8.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

6.2.8.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

6.2.9. DAS OBRIGAÇÕES:

6.2.9.1. DO CONTRATANTE:

6.2.9.2. QUANDO GERENCIADOR:

6.2.9.2.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.

6.2.9.2.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.

6.2.9.2.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de

marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.

6.2.9.2.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.

6.2.9.2.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

6.2.9.2.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).

6.2.9.2.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

6.2.9.3. QUANDO PARTICIPANTE:

6.2.9.3.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

6.2.9.3.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.

6.2.9.3.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.

6.2.9.3.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.

6.2.9.3.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.

6.2.9.3.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

6.2.9.3.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.

6.2.9.3.8. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento a legislação pertinente.

6.2.9.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

6.2.9.4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

6.2.9.4.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

6.2.9.4.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

6.2.9.4.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

6.2.9.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.2.9.4.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

6.2.9.4.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

6.2.9.4.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

6.2.9.4.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

6.2.9.5. DA CONTRATADA:

6.2.9.5.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.9.5.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

6.2.9.5.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

6.2.9.5.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.

6.2.9.5.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

6.2.9.5.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

6.2.9.5.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

6.2.9.5.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

6.2.9.5.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

6.2.9.5.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

6.2.9.5.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

6.2.9.5.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

6.2.9.5.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

6.2.9.5.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

6.2.9.5.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

6.2.9.5.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

6.2.9.5.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

6.2.9.5.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos produtos registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

6.2.9.5.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.2.9.5.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação,

especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

6.2.9.5.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

6.2.9.5.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

6.2.9.5.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

6.2.9.5.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

6.2.9.5.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

6.2.9.5.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

6.2.9.5.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

6.2.9.5.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

6.2.9.5.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

6.2.9.5.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

6.2.9.5.31. A CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

6.2.9.5.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

6.2.9.5.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

6.2.9.5.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

6.2.9.5.35. A CONTRATADA deverá prestar garantia da qualidade, devendo substituir sempre que comprovado pelo fiscal do contrato, que o produto não possui condições de preparo e consumo.

6.2.10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA:

6.2.10.1. A presente ata de registro de preços será cancelada pela Administração Pública, quando o fornecedor:

I - for liberado pela Administração Pública do compromisso assumido, mediante justificativa

constante do processo administrativo;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar manter seu preço registrado, no caso de indeferimento do pedido de revisão de preços previsto no item 15.3, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na presente Ata; ou

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - não aceitar reduzir seu preço após pesquisa de preços realizada pela Administração, na forma do item 15.2.

6.2.10.1.1. Na hipótese prevista no inciso V do item 6.2.10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2.10.1.2. No caso das hipóteses previstas nos incisos do item 6.2.10.1, o fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação eletrônica remetida para o e-mail cadastrado pelo mesmo para comunicações.

6.2.10.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, após a providência prevista no item 16.10.1 acima.

6.2.10.1.4. Na hipótese de cancelamento da presente ata de registro de preços, A Administração Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva ou, na falta deste, dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nesta última hipótese respeitado o procedimento previsto no § 7º do art. 15 do Decreto Municipal nº 6.221/2023.

6.2.10.2. O cancelamento dos preços registrados na presente ata poderá ser realizado pela Administração Pública, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações nos casos previstos 15.2.2, 15.2.3, 15.3.3, 15.3.4 e 18.1.4.

6.2.10.2.1 – Na hipótese de cancelamento dos preços registrados previstas nos incisos do item 18.2 acima, a Administração Pública adotará de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.2.11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

6.2.11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;

b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da presente ata;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;

f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;

i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

6.2.11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).
- IV - Multa:
 - a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.
 - b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.
 - c) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.
 - d) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.
 - e) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

6.2.11.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

6.2.11.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

6.2.11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

6.2.11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.2.11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2.11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.2.11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.2.11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7-DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

7.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.3. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. O Fiscal da Ata procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.6. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o

objeto desta licitação, através da gestora e fiscal designadas abaixo:

FISCAL:

NOME: Ticiana Angélica dos Santos

CARGO: Chefe da Atenção Primária

SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO

TEL: (34) 3631-4940

E-MAIL: atencioabasica@ibia.mg.gov.br

GESTOR:

Aline Maria de Freitas Caixeta

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

8 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOS VALORES DA ATA:

8.1. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

8.1.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

8.1.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, mediante a apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal, inclusive, de Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e a relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.1.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

8.1.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

8.1.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

- I. irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;
- II. atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);
- III. obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;
- IV. débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;
- V. não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

8.1.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

8.1.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.1.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

8.1.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

8.1.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda IR em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

8.1.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção

dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

8.1.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

8.2. DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:

8.2.1. O preço registrado na presente ata é irreajustável, salvo nos de atualizações dos preços pela Administração Pública ou de deferimento pedido de revisão de preços apresentado pela CONTRATADA.

8.2.2 Na hipótese de renovação da presente ata de registro de preços com renovação do quantitativo, na forma do item 2.2, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste em sentido estrito dos preços registrados.

8.2.3 - A periodicidade de reajuste em sentido estrito do preço registrado será anual, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no art. 25, § 7º da Lei 14.133/21 e art. 3º, §1º da Lei 10.192/01.

8.2.4. - O índice utilizado para reajuste será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha substituí-lo, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

8.3. DA ATUALIZAÇÃO PERÍODICA DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.3.1. Os preços registrados poderão ser atualizados pela Administração após pesquisa de preços periódicas ou revisados após pedido da CONTRATADA em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo como pactuado.

8.3.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, após constatação efetivada pesquisa periódica realizada pela Administração Pública nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 6.221/23, a CONTRATADA será convocada para negociar a redução dos preços registrados.

8.3.2.1. Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido quanto ao preço registrado, sem aplicação de qualquer tipo de penalidades administrativas.

8.3.2.2. Na hipótese do item anterior, a Administração convocará os demais licitantes constantes da lista de reserva, obedecida a ordem de classificação, para negociar o fornecimento do item de acordo com os valores praticados pelo mercado, firmando-se nova ata em caso de sucesso.

8.3.2.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.3.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, desde que comprove e demonstre:

a) a ocorrência fato superveniente qualificado, ou seja, de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo como pactuado;

b) a modificação substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública, a ser demonstrada através de planilha que comprove a existência de desequilíbrio na ARP como um todo, considerados todos os itens com preços registrados; e

c) a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e

documentação comprobatória correlata que demonstrem que o preço de mercado efetivamente se tornou superior e tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.

8.3.3.1. A iniciativa e o ônus probatório de todos os requisitos para revisão do preço registrado previsto no item 15.3 acima competem inteiramente à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.3.3.2. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão de preço registrado, a CONTRATADA continuará obrigada a cumprir os compromissos de fornecimento pelo valor registrado na presente ata, sob pena de não o fazendo, ser instaurado processo administrativo para o cancelamento do registro de preço e imposição de penalidades administrativas.

8.3.3.3. Caso seja cancelado o registro de preços na forma na parte final do item 15.3.2, a Administração Pública poderá convocar os demais licitantes constantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na presente ata, respeitando-se a ordem de classificação.

8.3.3.4. Caso nenhum dos licitantes do cadastro de reservas aceitem assumir o fornecimento de bens, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura de nova ata, limitando-se a negociação ao valor e condições da última oferta apresentada pelos mesmos no pregão, desde que referido valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

8.3.3.5. Não havendo êxito nas negociações na forma dos itens 15.3.3 e 15.3.4, a Administração Pública procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.3.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para responder aos pedidos de reajuste ou revisão de preços acima previstos, contados da data de protocolo dos mesmos junto à repartição competente.

8.4. DA PESQUISA PERIÓDICA DE PREÇOS:

8.4.1. A pesquisa periódica de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.

8.4.2. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

8.4.3. A pesquisa periódica de preços, a critério da Administração Pública, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

8.4.4. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

9 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. Conforme a solução apontada, a licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 6.221/2023, através de Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021, art. 29).

9.2. Os itens serão parcelados, porque possível sua divisão em lotes dos mesmos produtos, ampliando-se a competitividade e economicidade das futuras e eventuais aquisições, atendidos, portanto, os incisos I, II e III do § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Em razão dos valores dos lotes, por força do inciso I do artigo 48 da LC nº 123/2006, a futura licitação será de participação **exclusivos** para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparada.

9.4. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, representado pelo **MENOR VALOR TOTAL OFERTADO**, nos termos do inciso I do Art. 33 da Lei 14.133/2021.

9.1 – Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, o futuro fornecedor, em razão da natureza do produto e da sensibilidade inerente à sua destinação, deverá fornecer:

9.1.1. Alvará Sanitário ou Declaração de Vigilância Sanitária atestando as boas condições de higiene da empresa licitante (compatível com objeto licitado).

9.1.2 Registro na ANVISA, Apresentação de(AFE)

9.2. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E DO JULGAMENTO:

9.2.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e no item 7.24 da minuta do Edital, e verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto no item **10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO e 11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**, da minuta do edital.

9.2.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e neste Anexo.

9.2.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor:

- a) que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) que contiverem opções de preços alternativos;
- c) que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- d) que não atenderem aos requisitos do item 5 deste edital;
- e) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do(a) próprio(a) licitante, para os quais ele(a) renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.3.1. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha a ser apresentada junto com a proposta, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

9.2.3.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto ao(a) proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) verificação de outros contratos que o(a) proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) pesquisa de preço com CONTRATADA dos insumos utilizados;
 - e) verificação de notas fiscais de serviços prestados pelo(a) proponente;
 - f) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
 - g) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
 - h) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.2.3.1.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

9.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.2.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.2.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.2.8. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.2.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta ao(a) licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.2.10. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o(a) licitante para que seja obtido preço melhor.

9.2.11. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos(as) demais licitantes.

9.2.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.2.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste Edital.

9.3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.3.1. Da sessão pública deste Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

9.3.2. Ocorrendo a decretação de feriado, não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital, inclusive a sessão pública, serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes, no mesmo horário anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

9.3.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.3.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.3.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da

isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.3.7. Os(As) licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.3.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horário de expediente na Administração.

9.3.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do(a) licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.3.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.3.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos, www.licitanet.com.br, www.ibia.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá-MG SEM ÔNUS, e maiores informações na sede da Prefeitura no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9.3.12. O(A) licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do(a) licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

9.3.13. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

9.3.14. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

9.3.15. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

9.3.16. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.17. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do(a) licitante.

9.3.18. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no AMM - Diário Oficial do Município de Ibiá e divulgadas nos sites: www.licitanet.com.br, www.ibia.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá-MG.

9.3.19. É facultada ao(a) Pregoeiro(a), à Comissão ou autoridade responsável pelo recebimento da mercadoria a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material licitado, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.3.20. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

9.3.21. A participação do(a) licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.



9.3.22. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Ibiá-MG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos(as) licitantes.

9.3.23. Para atender a seus interesses, o Município de Ibiá-MG poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal n 14.133/2021.

9.3.24. O Município de Ibiá-MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

9.3.25. Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a) e pelas leis e decretos aplicáveis à espécie.



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 006/2026,**DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do referido Edital, se comprometendo a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Termo de Referência - Anexo I deste edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE
ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 006/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declaro, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

() **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

() Declaro possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa



ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ-MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Razão Social do(a) Licitante:

CNPJ:

Endereço: Cidade:

Estado: Telefone/fax:

E-mail:

Informações para pagamentos (quando por sistema bancário):

Banco: Agência: Conta:

Representante Legal para fins de Assinatura do Contrato:

Nome Completo:

Identidade: Órgão expedidor:

CPF: Estado Civil:

Endereço: E-mail:

Item	Descrição	Unida de	Quant. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
				Total	R\$

O valor global da presente proposta é de R\$ _____ (_____).

Apresentamos nossa proposta para a execução do objeto do referido Processo licitatório, pelos preços unitários e total aqui definidos, declarando que neles encontram-se incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação;

Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para a entrega das propostas conforme art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as exigências, condições gerais e especiais



estabelecidas no Edital para a presente licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme 14.133/2021, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Depois de homologado o resultado, nos comprometemos a assinar o CONTRATO, no prazo determinado no documento de convocação.

Propomo-nos a cumprir o prazo de entrega de forma parcela e aceitamos as condições de pagamento conforme determina o Edital.

Locais de Entrega:

REQUISITANTE	ENDEREÇO	DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	E-MAL/TELEFONE
Farmácia Municipal de Ibiá	Rua 203, nº 25, Ibiá/MG – CEP: 38950-000	2 ^a a 6 ^a feira (exceto feriados/pontos facultativos) das 07:00 às 10:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.	NOME: Ticiana Angélica dos Santos CARGO: Chefe da Atenção Primária SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO TEL: (34) 3631-4940 E-MAIL: atencioabasica@ibia.mg.gov.br	@ibia.mg.gov.br (34) 3631-4940

Responsáveis pelo recebimento:

FISCAL:

NOME: Ticiana Angélica dos Santos
CARGO: Chefe da Atenção Primária
SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO
TEL: (34) 3631-4940



E-MAIL: atencaoabasica@ibia.mg.gov.br

GESTOR:

Aline Maria de Freitas Caixeta
Secretaria Municipal de Saúde

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 006/2026,**DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso III do artigo 156 da 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 006/2026,DECLARA ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 006/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei nº 14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 006/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 14.133/2021, art. 63, IV, e em outras normas específicas.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO IX:
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS–ARP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP nº ____/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Município de **MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, inscrito no CNPJ sob nº 18.584.961/0001-56, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, CEP: 38.950-000, neste ato representado pelo prefeito municipal, o Sr. **GILLIANO GILLES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 047.073.876-67, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/CPF nº e Insc. Estadual nº, com sede na Rua/Avenida nº, Bairro, neste ato representada por (qualificação do representante), portador do CPF/MF nº, residente e domiciliado a Rua/Avenida nº, Bairro, a seguir denominada **CONTRATADA**, firmam a presente Ata de Registro de Preços decorrente do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para fornecimento de material médico hospitalar a serem futura e eventualmente adquiridos pela Administração Pública Municipal, conforme objeto previsto no item 1.1 abaixo, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes, pelas condições estabelecidas pelo Edital e demais documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026**, mediante as seguintes disposições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

1.1. Constitui objeto desta ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIÁ/MG** e especificações constantes desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Vinculam-se a presente Ata todos os documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**, conforme seu Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta da (o) **CONTRATADA(O)**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DE SALDO:

2.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da publicação do extrato da presente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado que as condições e o preço vantajoso permanecem vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/21 e Art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.221/23.

2.2. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, no caso de prorrogação da vigência da presente ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo ora registrado, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

2.3. O ato de prorrogação da vigência da presente ata deverá indicar expressamente o prazo de

prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

- 3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação (ões) dos produtos a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no quadro contido no desta ARP.
- 3.2. A(s) diferença(s) percentual (is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) nesta ARP.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

- 4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz o montante de R\$ (.....), distribuídos conforme quadro constante do preâmbulo da presente ARP.
- 4.2. A Administração Pública poderá efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente Ata de Registro de Preços até os limites previstos no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21, na forma do § 8º do artigo 10 do Decreto Municipal nº 6.221/23.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 5.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2026, de acordo com a seguinte ficha:

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades UBS
Ficha 467
02.14.01.10.301.0115.2295-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades UBS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Saúde Bucal
Ficha 471
02.14.01.10.301.0115.2314-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Saúde Bucal
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Média e Alta Complexidade
Ficha 418
02.14.03.10.302.0115.2299-3.3.90.30.00
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades CAPS
Ficha 535
02.14.01.10.302.0115.2447-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades CAPS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Ficha 564
02.14.04.10.305.0115.2320-3.3.90.30.00
Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Ficha 584
02.14.05.10.303.0115.2323-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

5.2 - MAPA DE RISCOS:

- a) Risco de entrega de produtos em desacordo com especificações
- b) Risco de atraso na entrega
- c) Risco de itens com prazo de validade reduzido
- d) Risco de superfaturamento ou preços acima do mercado
- e) Risco de interrupção do fornecimento por dificuldades operacionais do contratado
- f) Risco de erro na estimativa de consumo

5.3. MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO/ALOCAÇÃO RISCOS:

5.3.1. Os riscos da contratação serão distribuídos/locados de acordo com a tabela abaixo:

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSABILIDADE	TRATAMENTO
Entrega de produtos fora da especificação	Média	Médio	Contratado	Exigência de amostras, inspeção de recebimento e previsão de rejeição do item
Atraso na	Média	Alto	Contratado	Previsão de

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSABILIDADE	TRATAMENTO
entrega				penalidades e prazos claros
Validade inadequada	Baixa	Médio	Contratado	Exigência de validade mínima e conferência no ato do recebimento
Preços acima da média	Baixa	Alto	Administração	Realização de ampla pesquisa de mercado
Interrupção do fornecimento	Baixa	Alto	Contratado	Previsão de penalidades e possibilidade de contratação emergencial
Erro na previsão de consumo	Média	Médio	Administração	Análise de histórico e revisão periódica das demandas

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedor na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, cuja lista constará da presente ata, na forma de anexo.

6.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

6.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2. será efetuada caso e quando houver a necessidade de convocação dos mesmos.

6.4. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por todo prazo de vigência da ata**, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

6.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº

14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.7. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:

7.1. Autorizado o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição dos itens objeto do presente certame ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no sistema da plataforma *Licitanet* (www.licitanet.com.br), no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, **em até 5 (cinco) dias** úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

7.2. Na hipótese de recusa ou perda do prazo para assinar a presente ata por parte do convocado, poderá a Administração promover a convocação dos licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação constante do cadastro de reservas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23.

7.3. A perda de prazo, a recusa injustificada, ou cuja justificativa não foi aceita pela Administração por qualquer dos licitantes, implicará na instauração de processo administrativo para, após garantido o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

7.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a presente ata de registro de preços nos termos do item 7.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos dos documentos constante do Processo Licitatório que deu origem ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2026.

7.5. A assinatura Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas durante toda a vigência da ata, sendo que seu descumprimento injustificado implicará na instauração de processo administrativo para aplicações das sanções previstas na Lei 14.133/21, no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

7.6. Na forma do artigo 19 do Decreto Municipal nº 6.221/23, **as contratações decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente**, observado o disposto no artigo 95 da Lei 14.133/21.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA REGÊNCIA:

8.1 – A presente Ata de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 6.221/23 e demais normas complementares, sendo que eventuais casos omissos serão decididos com base na Lei Federal nº 8.078/90, na Lei Federal nº 10.406/02, nos princípios gerais de Direito Administrativo ou nos princípios gerais de direito.

9. CLÁUSULA NONA - DA VEDAÇÃO DE ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

9.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **não será permitida a Adesão de órgão ou entidades**, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462/23, que regulamenta a utilização da ata

de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:

10.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada no prazo máximo 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

10.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

REQUISITANTE	ENDEREÇO	DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	E-MAL/TELEFONE
Farmácia Municipal de Ibiá	Rua 203, nº 25, Ibiá/MG – CEP: 38950-000	2 ^a a 6 ^a feira (excetos feriados/pontos facultativos) das 07:00 às 10:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.	NOME: Ticiano Angélica dos Santos CARGO: Chefe da Atenção Primária SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO TEL: (34) 3631-4940 E-MAIL: atencioabasica@ibia.mg.gov.br	(34) 3631-4940

10.3. Aquisição de material médico hospitalar para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos definidos na presente Ata de Registro de Preços, garantindo o fornecimento contínuo e adequado às atividades institucionais de cada demandante.

10.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, próprios para consumo humano, em perfeito estado de conservação. Os materiais médico hospitalar deverão atender às normas sanitárias vigentes, estando em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações sanitárias federais, estaduais e municipais.

10.5. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

10.6. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações das secretarias demandantes. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade de cada secretaria, especialmente da Secretaria Municipal de Saúde.

10.7. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

10.8. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

10.9. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

10.10. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS ITENS:

11.1. Os itens objeto da presente Ata de Registro de Preços será(ão) executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

11.2. O(s) produtos objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

11.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

11.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

11.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

11.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado na presente ata, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1^a e 2^a vias).

11.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

11.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

11.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.3. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

12.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.5. O Fiscal da Ata procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

12.6. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através da gestora e fiscal designadas abaixo:

FISCAL:

NOME: Ticiano Angélica dos Santos

CARGO: Chefe da Atenção Primária

SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO

TEL: (34) 3631-4940

E-MAIL: atencaoabasica@ibia.mg.gov.br

GESTOR:

Aline Maria de Freitas Caixeta

Secretaria Municipal de Saúde

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

13.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

13.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, mediante a apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal, inclusive, de Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e a relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

13.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

13.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

13.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

- I. irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;
- II. atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);
- III. obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;
- IV. débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;
- V. não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

13.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

13.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

13.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

13.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda IR em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

13.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

13.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:

14.1. O preço registrado na presente ata é irreajustável, salvo nos de atualizações dos preços pela Administração Pública ou de deferimento pedido de revisão de preços apresentado pela CONTRATADA, na forma da Cláusula 14.

14.2. Na hipótese de renovação da presente ata de registro de preços com renovação do quantitativo, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste em sentido estrito dos preços registrados.

14.3 - A periodicidade de reajuste em sentido estrito do preço registrado será anual, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no art. 25, § 7º da Lei 14.133/21 e art. 3º, §1º da Lei 10.192/01.

14.4. - O índice utilizado para reajuste será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha substituí-lo, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO PERÍODICA DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1. Os preços registrados poderão ser atualizados pela Administração após pesquisa de preços periódicas ou revisados após pedido da CONTRATADA em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado.

15.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, após constatação efetivada pesquisa periódica realizada pela Administração Pública nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 6.221/23, a CONTRATADA será convocada para negociar a redução dos preços registrados.

15.2.1. Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido quanto ao preço registrado, sem aplicação de qualquer tipo de penalidades administrativas.

15.2.2. Na hipótese do item anterior, a Administração convocará os demais licitantes constantes da lista de reserva, obedecida a ordem de classificação, para negociar o fornecimento do item de acordo com os valores praticados pelo mercado, firmando-se nova ata em caso de sucesso.

15.2.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

15.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, desde que comprove e demonstre:

a) a ocorrência fato superveniente qualificado, ou seja, de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado;

b) a modificação substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública, a ser demonstrada através de planilha que comprove a existência de desequilíbrio na ARP como um todo, considerados todos os itens com preços registrados; e

c) a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstrem que o preço de mercado efetivamente se tornou superior e tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.

15.3.1. A iniciativa e o ônus probatório de todos os requisitos para revisão do preço registrado previsto no item 15.3 acima competem inteiramente à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

15.3.2. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão de preço registrado, a CONTRATADA continuará obrigada a cumprir os compromissos de fornecimento pelo valor registrado na presente ata, sob pena de não o fazendo, ser instaurado processo administrativo para o cancelamento do registro de preço e imposição de penalidades administrativas.

15.3.3. Caso seja cancelado o registro de preços na forma na parte final do item 15.3.2, a Administração Pública poderá convocar os demais licitantes constantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na presente ata, respeitando-se a ordem de classificação.

15.3.4. Caso nenhum dos licitantes do cadastro de reservas aceitem assumir o fornecimento de bens, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura de nova ata, limitando-se a negociação ao valor e condições da última oferta apresentada pelos mesmos no pregão, desde que referido valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

15.3.5. Não havendo êxito nas negociações na forma dos itens 15.3.3 e 15.3.4, a Administração Pública procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

15.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para responder aos pedidos de reajuste ou revisão de preços acima previstos, contados da data de protocolo dos mesmos junto à repartição

competente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PESQUISA PERIÓDICA DE PREÇOS:

- 16.1. A pesquisa periódica de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.
- 16.2. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.
- 16.3. A pesquisa periódica de preços, a critério da Administração Pública, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.
- 16.4. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

17.1. DO CONTRATANTE:

17.2. QUANDO GERENCIADOR:

- 17.2.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.
- 17.2.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.
- 17.2.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.
- 17.2.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.
- 17.2.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.
- 17.2.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).
- 17.2.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

17.3. QUANDO PARTICIPANTE:

- 17.3.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 17.3.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.
- 17.3.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 17.3.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 17.3.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 17.3.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

17.3.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.

17.3.8. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento a legislação pertinente.

17.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

17.4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

17.4.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

17.4.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

17.4.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto solicitado.

17.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

17.4.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

17.4.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

17.4.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

17.4.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

17.5. DA CONTRATADA:

17.5.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.5.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

17.5.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

17.5.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.

17.5.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

17.5.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

17.5.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

17.5.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

17.5.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

17.5.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

17.5.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos

atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

17.5.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

17.5.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

17.5.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

17.5.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

17.5.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

17.5.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

17.5.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos PRODUTOS registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

17.5.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.5.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

17.5.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

17.5.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

17.5.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

17.5.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

17.5.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

17.5.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

17.5.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

17.5.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

17.5.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

17.5.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

17.5.31. A CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

17.5.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

17.5.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

17.5.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

17.5.35. A CONTRATADA deverá prestar garantia da qualidade dos produtos fornecidas, de no mínimo 90 (noventa) dias.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA:

18.1. A presente ata de registro de preços será cancelada pela Administração Pública, quando o fornecedor:

I - for liberado pela Administração Pública do compromisso assumido, mediante justificativa constante do processo administrativo;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar manter seu preço registrado, no caso de indeferimento do pedido de revisão de preços previsto no item 15.3, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na presente Ata; ou

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - não aceitar reduzir seu preço após pesquisa de preços realizada pela Administração, na forma do item 15.2.

18.1.1. Na hipótese prevista no inciso V do item 18.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2. No caso das hipóteses previstas nos incisos do item 18.1, o fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação eletrônica remetida para o e-mail cadastrado pelo mesmo para comunicações.

18.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 18.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, após a providência prevista no item 18.1.2 acima.

18.1.4. Na hipótese de cancelamento da presente ata de registro de preços, A Administração Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva ou, na falta deste, dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nesta última hipótese respeitado o procedimento previsto no § 7º do art. 15 do Decreto Municipal nº 6.221/2023.

18.2. O cancelamento dos preços registrados na presente ata poderá ser realizado pela Administração

Pública, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações nos casos previstos 15.2.2, 15.2.3, 15.3.3, 15.3.4 e 18.1.4.
- 18.2.1 – Na hipótese de cancelamento dos preços registrados previstas nos incisos do item 18.2 acima, a Administração Pública adotará de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;
- b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da presente ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;
- i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

19.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

- a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.
- b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.
- d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.
- e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.
- f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso

do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

19.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

19.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

19.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

19.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

19.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

19.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

19.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia da presente Ata de Registro de Preço e seus aditamentos, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Os casos omissos decorrentes da execução da presente ata serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/2023, no Decreto Municipal nº 6.221/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20.3. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Ibiá/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Ibiá/MG, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG
GILLIANO GILLES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

**EMPRESA/FORNECEDOR
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA**

Testemunhas:

1) _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

ANEXO X:

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIÁ-MG E A EMPRESA _____.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
CONTRATO Nº _____/2026

O Município de **MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, inscrito no CNPJ sob nº 18.584.961/0001-56, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, CEP: 38950-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu prefeito municipal, o Sr. **GILLIANO GILLES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 047.073.876-67, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/CPF nº e Insc. Estadual nº, com sede na Rua/Avenida nº, Bairro, a seguir denominada **CONTRATADA(O)**, neste ato representada por (qualificação do representante), portador do CPF/MF nº, residente e domiciliado a Rua/Avenida nº, Bairro, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO** conforme objeto previsto no item 1.1 abaixo, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para prestação de serviços, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, decorrente do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes, pelas condições estabelecidas pelo Edital e demais documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026**, mediante as seguintes disposições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIÁ/MG**, de acordo com as especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº ____/2026.

1.2. O presente contrato tem por objeto contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, no valor de R\$ (.....), distribuídos conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidad	Quant	Valor Unit.	Valor Total
		Total		R\$	

1.3 – Vinculam-se ao presente Contrato todos os documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 006/2026**, conforme seu Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta da (o) **CONTRATADA(O)** e todos os termos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da



execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E SUA PRORROGAÇÃO:

2.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura vigorando por _____ (_____) meses, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133/21, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto contratado estão previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2026, de acordo com a seguinte ficha:

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades UBS
Ficha 467
02.14.01.10.301.0115.2295-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades UBS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Saúde Bucal
Ficha 471
02.14.01.10.301.0115.2314-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Saúde Bucal
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Média e Alta Complexidade
Ficha 418
02.14.03.10.302.0115.2299-3.3.90.30.00
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades CAPS
Ficha 535

02.14.01.10.302.0115.2447-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades CAPS
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Ficha 564
02.14.04.10.305.0115.2320-3.3.90.30.00
Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

Secretaria de Saúde - Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Ficha 584
02.14.05.10.303.0115.2323-3.3.90.30.00
Manutenção Atividades Assistência Farmacêutica
Material de Consumo
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de impostos
1.600.000.0000 Fundo /Fundo Recursos SUS Governo Federal
1.621.000.0000 Transferência Fundo/Fundo Recurso SUS proveniente Governo

3.2. MAPA DE RISCOS:

- a) Risco de entrega de produtos em desacordo com especificações
- b) Risco de atraso na entrega
- c) Risco de itens com prazo de validade reduzido
- d) Risco de superfaturamento ou preços acima do mercado
- e) Risco de interrupção do fornecimento por dificuldades operacionais do contratado
- f) Risco de erro na estimativa de consumo

3.3. MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO/ALOCAÇÃO RISCOS:

3.3.1. Os riscos da contratação serão distribuídos/alocados de acordo com a tabela abaixo:

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSABILIDADE	TRATAMENTO
Entrega de produtos fora da especificação	Média	Médio	Contratado	Exigência de amostras, inspeção de recebimento e previsão de rejeição do item
Atraso na entrega	Média	Alto	Contratado	Previsão de penalidades e prazos claros
Validade inadequada	Baixa	Médio	Contratado	Exigência de validade mínima e

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSABILIDADE	TRATAMENTO
				conferência no ato do recebimento
Preços acima da média	Baixa	Alto	Administração	Realização de ampla pesquisa de mercado
Interrupção do fornecimento	Baixa	Alto	Contratado	Previsão de penalidades e possibilidade de contratação emergencial
Erro na previsão de consumo	Média	Médio	Administração	Análise de histórico e revisão periódica das demandas

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e no presente contrato.

4.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

REQUISITANTE	ENDEREÇO	DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	E-MAL/TELEFONE
Farmácia Municipal de Ibiá	Rua 203, nº 25, Ibiá/MG – CEP: 38950-000	2 ^a a 6 ^a feira (exceto feriados/pontos facultativos) das 07:00 às 10:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.	NOME: Ticiana Angélica dos Santos CARGO: Chefe da Atenção Primária SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO TEL: (34) 3631-4940 E-MAIL: atenaobasica@ibia.mg.gov.br	(34) 3631-4940

4.3. Aquisição de material médico hospitalar para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos definidos neste contrato.

4.4. Os materiais médico hospitalares deverão atender às normas sanitárias vigentes, com registro e inspeção junto ANVISA e demais legislações sanitárias federais, estaduais e municipais.

4.5. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade Secretaria Municipal de Saúde.

4.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

4.7. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real da secretaria. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

4.8. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

4.9. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

4.10. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS MATERIAL MEDICO HOSPITALAR:

5.1. O(s) material(s) objeto do presente Contrato será(ão) entregues/executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

5.2. O(s) produtos objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de emissão da Requisição de produtos de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

5.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

5.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

5.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

5.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado no presente Contrato, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) **CONTRATADA(O)** e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) **CONTRATADA(O)**, ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1^a e 2^a vias).

5.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na

substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e no presente Contrato;

5.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

5.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução do presente Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

6.3. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

6.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5. O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

6.6. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através da gestora e fiscal designadas abaixo:

FISCAL:

NOME: Ticiana Angélica dos Santos

CARGO: Chefe da Atenção Primária

SITUAÇÃO: CONCURSADO/EFETIVO

TEL: (34) 3631-4940

E-MAIL: atencioabasica@ibia.mg.gov.br

GESTOR:

Aline Maria de Freitas Caixeta

Secretaria Municipal de Saúde

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

7.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

7.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado

pela fiscalização da CONTRATANTE, mediante a apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal, inclusive, de Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e a relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

7.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

7.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

- I. irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;
- II. atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);
- III. obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;
- IV. débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;
- V. não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

7.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

7.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

7.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda IR em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

7.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

9.1. Na hipótese de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou “fato do princípio”, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá ser alterado, objetivando a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

9.2. - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou de reajuste, será de 30 (trinta) dias úteis contado da data do recebimento do pedido pela repartição competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES, DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1. - Este contrato poderá ser alterado nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do item 10.1. a **CONTRATADA** será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

10.3 - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do item 10.1. não poderão transfigurar o objeto da contratação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES:

11.1. DO CONTRATANTE:

11.1.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

11.1.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

11.1.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

- 11.1.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.
- 11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 11.1.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.
- 11.1.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.
- 11.1.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.
- 11.1.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

11.2. DA CONTRATADA:

- 11.2.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.2.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.
- 11.2.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.
- 11.2.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.
- 11.2.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.
- 11.2.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.
- 11.2.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.
- 11.2.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.
- 11.2.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.
- 11.2.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.
- 11.2.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.
- 11.2.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.
- 11.2.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
- 11.2.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.
- 11.2.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.
- 11.2.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

- 11.2.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
- 11.2.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos PRODUTOS registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.
- 11.2.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 11.2.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.
- 11.2.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 11.2.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 11.2.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 11.2.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 11.2.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.
- 11.2.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 11.2.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.
- 11.2.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.
- 11.2.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.
- 11.2.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.
- 11.2.31. A CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.
- 11.2.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.
- 11.2.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em

conformidade com a legislação em vigor.

11.2.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

11.2.35. A CONTRATADA deverá prestar garantia da qualidade dos PRODUTOS fornecidas, de no mínimo 90 (noventa) dias.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO:

12.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;
- b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da presente ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;
- i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

- a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.
- b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.
- d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.
- e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela

Administração Pública.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

13.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

13.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

13.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/21).

14.7. Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes do artigo 137 a 139 da Lei 14.133/21, sendo processados de acordo com as disposições dos parágrafos do mesmo artigo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS:

15.1 - As infrações penais tipificadas na Lei nº 14.133/2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

17.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia dos instrumentos contratuais e seus adiantamentos, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ibiá-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiá/MG, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG
GILLIANO GILLES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA/FORNECEDOR
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Nome:
CPF:

2) _____
Nome:
CPF: